

# ESTUDO COMPARATIVO

SOBRE

TRÁFICO DE PESSOAS, ÓRGÃOS E PARTES  
DO CORPO HUMANO EM MOÇAMBIQUE



*“Juntos em defesa da vida  
e da dignidade humana.”*

## Autoras

**Esmeralda Mariano, PhD**

Departamento de Arqueologia e Antropologia  
Universidade Eduardo Mondlane, Maputo

**Andrea Moreira, PhD**

Antropóloga  
Consultora independente

# Ficha Técnica

## TÍTULO

Estudo comparativo sobre tráfico de pessoas, órgãos e partes do corpo humano em Moçambique

## AUTORES

Esmeralda Mariano e Andrea Moreira

## CAPA E PROJECTO GRÁFICO

Infoclass

## PAGINAÇÃO

Ferdinando Simango

## NÚMERO DE REGISTO

10606RLINICC/2021

## FOTOGRAFIA CAPA

CEMIRDE

## TIRAGEM

1000

## ORGANIZAÇÃO

CEMIRDE

## FINANCIADOR

CAFOD e Caritas Espanhola

## IMPRESSÃO

Infoclass

## MAQUETIZAÇÃO

Ferdinando Simango

# Índice

<b>Abreviaturas</b>	<b>6</b>
<b>Prefácio</b>	<b>7</b>
<b>Agradecimentos</b>	<b>8</b>
<b>Sumário</b>	<b>9</b>
<b>Introdução e Justificação do Estudo</b>	<b>10</b>
Como surgiu o Estudo	10
Justificação e objectivos do estudo	10
<b>Revisão da Literatura</b>	<b>12</b>
O tráfico de pessoas	12
O tráfico de órgãos e partes do corpo humano	13
Literatura sobre Moçambique	15
<b>Metodologia</b>	<b>19</b>
Considerações éticas	22
<b>Moçambique: As dimensões da vulnerabilidade</b>	<b>24</b>
Pobreza e comercialização da vida humana	24
Educação	26
Crise económica e as disparidades sociais	27
Conflitos, guerra e deslocamentos	29
Desastres naturais, epidemias e pandemias	30
<b>Os contornos do tráfico: Uma análise comparativa</b>	<b>31</b>
Conhecimento sobre o fenómeno	31
Ricos e vulneráveis	32
Mulheres, adolescentes e crianças	34
Extracção de órgãos e partes do corpo humano	38
Migração irregular	40
Os contornos do tráfico	42
Políticas, leis e estratégias de gestão	44
O valor da vida e a dignidade humana	46
<b>Conclusões e Recomendações</b>	<b>47</b>
<b>Recomendações</b>	<b>49</b>
Nível comunitário	49
Nível institucional	49
<b>Referências</b>	<b>51</b>

# Abreviaturas

<b>AMETRAMO</b>	Associação dos Médicos Tradicionais de Moçambique
<b>AZEMAPI</b>	Associação Zé Manuel Pinto
<b>CAFOD</b>	Catholic Agency For Overseas Development
<b>CDB</b>	Corredor de Desenvolvimento da Beira
<b>CEMIRDE</b>	Comissão Episcopal para Migrantes Refugiados e Deslocados
<b>CIBS</b>	Comité Institucional de Bioética em Saúde
<b>CIP</b>	Centro de Integridade Pública
<b>CMI</b>	Christian Michelsen Institute
<b>COVID - 19</b>	Doença por Coronavírus 2019
<b>DHS</b>	Demographic Health Survey
<b>DPS</b>	Direcção Provincial de Saúde
<b>ESG</b>	Escola Secundária Geral
<b>FM</b>	Faculdade de Medicina
<b>HCM</b>	Hospital Central de Maputo
<b>ICF</b>	International Classification of Functioning, Disability and Health
<b>IDS</b>	Inquérito Demográfico de Saúde
<b>IMASIDA</b>	Inquérito de Indicadores de Imunização, Malária e VIH/SIDA
<b>INE</b>	Instituto Nacional de Estatística
<b>ISRI</b>	Instituto Superior de Relações Internacionais
<b>LDH</b>	Liga dos Direitos Humanos
<b>MP</b>	Ministério Público
<b>OIM</b>	Organização Internacional para a Migração
<b>ONG</b>	Organização Não-Governamental
<b>PEPFAR</b>	Plano de Emergência do Presidente para Alívio da SIDA
<b>PGR</b>	Procuradoria Geral da República
<b>PRM</b>	Polícia da República de Moçambique
<b>SANTAC</b>	Southern Africa regional Network against Trafficking and Abuse of Children
<b>SERNIC</b>	Serviço Nacional de Investigação Criminal
<b>UNESCO</b>	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation
<b>UNICEF</b>	United Nations Children's Emergency Fund
<b>UNFPA</b>	United Nations Population Fund
<b>UNODC</b>	United Nations Office on Drugs and Crime
<b>VIH/SIDA</b>	Vírus da Imunodeficiência Humana / Síndrome de Imunodeficiência Adquirida

# Prefácio

Graças à parceria com Antropólogas da Universidade Eduardo Mondlane e ao apoio da Agência Católica para o Desenvolvimento Internacional, Vastenactie da Holanda e da Caritas Espanhola, a Comissão Episcopal para Migrantes, Refugiados e Deslocados – CEMIRDE, materializou três pesquisas na temática do tráfico de pessoas, órgãos e partes do corpo humano, nas regiões sul, norte e centro, nos anos 2016, 2018 e recentemente em 2021.

Nestes cinco anos de estudos buscou-se adquirir melhor conhecimento e compreensão do fenómeno do tráfico de pessoas, órgãos e partes de corpo humano em Moçambique, nas suas vertentes social e cultural, com finalidade de desencadear uma série de acções conjuntas de prevenção e combate do fenómeno ajustadas para cada realidade.

Este projecto investigativo, adquiriu vida ao envolver cerca de trezentos e cinquenta e sete (357) informantes-chave dentre os quais (representantes de instituições governamentais e da sociedade civil, líderes religiosos, líderes comunitários, professores, pessoal da biomedicina e da medicina tradicional; membros das comunidades e jovens estudantes do ensino secundário maiores de 18 anos).

Resultados destas pesquisas apontam Moçambique como sendo, país de origem, trânsito e algumas vezes de destino de vítimas de tráfico de seres humanos associado por vezes à migração irregular, sendo na actualidade, uma das mais graves violações dos direitos humanos, assumindo-se como uma verdadeira “epidemia mundial,” lesiva da dignidade humana e da liberdade individual.

Os estudos apontam igualmente como principais causas sociais e económicas: a pobreza, a fragilidade das instituições (corrupção) a localização geográfica do país, a baixa escolaridade, algumas práticas tradicionais nocivas com destaque para crença na cura de certas doenças e atracção de sorte com recurso a órgãos e/ou partes do corpo humano advindo sobretudo de pessoas portadores de albinismo.

O fenómeno, é ainda agravado pelo facto do ser humano ser “tratado” como mercadoria podendo ser vendido, comprado e explorado. Outro factor catalisador, prende-se na fraca denúncia, ao medo em sofrer represálias dos traficantes e a falta de confiança na capacidade das instituições de tutela.

O presente Estudo Comparativo, almeja ser mais um contributo na temática do tráfico de pessoas, órgãos e partes do corpo humano, apresentando na sua essência os pontos de convergências e divergências entre as três pesquisas.

Ao terminar, endereçamos palavras de AGRADECIMENTO, à todas e todos que contribuíram directa e indirectamente na materialização deste projecto. Desde já fazemos votos para um bom aproveitamento na leitura e na busca de estratégias para prevenção, combate e assistência aos sobreviventes destes sofrimentos. Todos somos chamados a “Defender a vida e a dignidade humana.”

*+ Atanásio A. Canira*

**Dom Atanásio Amisse Canira**  
Bispo de Lichinga e Referente da CEMIRDE

# Agradecimentos

Não teria sido possível concretizar este estudo sem a colaboração e o apoio prestado por todas as instituições e pessoas contactadas e entrevistadas, que nos concederam o seu tempo e aceitaram partilhar os seus conhecimentos em torno de um tema tão sensível. Um obrigada especial a todos e a todas que abriram os seus corações e partilharam as suas experiências, por vezes revivendo momentos traumáticos e de grande sofrimento.

Os agradecimentos estendem-se à GEMIRDE e a CAFOD, a Vastenactie da Holanda e a Caritas Espanhola pelo apoio à equipa de pesquisa, bem como aos pesquisadores/as e assistentes que deram o seu contributo fundamental ao longo das diferentes fases do Estudo, nomeadamente, Carla Braga, David Nhazilo, Celso Vilanculos, Teresa António e Titos Quembo; a todas as pessoas que a título individual ou em representação de Instituições Governamentais, não Governamentais e da Sociedade Civil deram seu contributo.

# Sumário

Em 2016 a CEMIRDE promoveu um estudo sobre tráfico de órgãos e partes do corpo humano na região sul de Moçambique, nas províncias de Maputo, Gaza e Inhambane e em 2018, um estudo sobre tráfico de pessoas, órgãos e partes do corpo humano na região norte de Moçambique, nas províncias Niassa, Nampula e Cabo Delgado. Estes estudos evidenciaram que num contexto de extrema vulnerabilidade estrutural (económica, social e institucional), os indivíduos estão mais expostos a serem vítimas do tráfico, e os seus corpos sujeitos à violência de várias formas. As desigualdades sociais e a pobreza constituem pano de fundo do tráfico de órgãos onde o recurso à magia e o modelo explicativo da feitiçaria constitui-se como uma linguagem e prática usada para nivelar e ou acentuar as tensões entre os ricos e pobres. Passados três anos, em 2021, estudo no Centro de Moçambique, nas províncias de Sofala, Manica, Tete e Zambézia, confirma que os criminosos se servem das condições precárias da vida humana para obter grandes lucros individuais, desqualificando o sentido e o valor da pessoa. Os posicionados na franja da pobreza extrema, têm infringida a sua dignidade humana, sujeitos e objectos de manipulação e de/em risco a múltiplas formas de violência e de violação dos direitos humanos. Neste contexto, as pessoas são reduzidas à condição de mercadorias, objectos de consumo. Embora o país já possua uma legislação abrangente sobre o tráfico de pessoas e partes do corpo humano, o número de condenações é ainda muito reduzido, por vários motivos, incluindo as fragilidades institucionais na recolha de evidências para a condenação dos culpados.

Com este estudo comparativo pretende-se fazer uma análise do fenómeno, tendo em conta as diferenças e especificidades de cada região do país, bem como os diferentes momentos em que foi realizada a pesquisa. Com esta abordagem a CEMIRDE poderá direccionar suas acções de prevenção e combate para cada contexto, considerando as especificidades e necessidades das comunidades, e tendo em conta a evolução das estratégias usadas para lidar com o fenómeno de tráfico de pessoas, órgãos e partes do corpo humano. Na parte final deste documento, são esboçadas algumas recomendações gerais e específicas, organizadas ao nível comunitário e institucional, com vista a facilitar a operacionalização das intervenções da CEMIRDE em particular, e dos vários sectores que trabalham com o objectivo de travar o fenómeno do tráfico humano e garantir a dignidade humana.

# Introdução e Justificação do Estudo

## Como surgiu o Estudo?

O projecto de pesquisa surgiu da necessidade da Comissão Episcopal para Migrantes, Refugiados e Deslocados (CEMIRDE) obter um conhecimento e compreensão mais ampla sobre o fenómeno do tráfico de pessoas, órgãos e partes do corpo humano, nas regiões referenciadas, assim como sobre os mecanismos de respostas postas em prática, a fim de delinear acções de consciencialização, prevenção e combate a este crime que afecta o mundo inteiro e Moçambique em particular. A CEMIRDE em parceria com a Agência Católica para o Desenvolvimento Internacional (CAFOD), e a Caritas Espanhola na perspectiva de dar seguimento às suas acções em defesa da vida, da dignidade e dos Direitos Humanos das pessoas em mobilidade e no âmbito da promoção de actividades de prevenção, combate e assistência às vítimas tendo como início a Campanha de Combate ao Tráfico de Órgãos e de Seres Humanos, lançada no ano 2014 com apoio da Caritas Italiana, solicitou a colaboração de investigadoras/es para o desenho e implementação do estudo.

Deste modo, em 2016, na perspectiva de entender os principais factores que contribuem para o fenómeno de tráfico de órgãos e partes do corpo humano, assim como, os contornos e nuances do mesmo nas três Dioceses da região sul de Moçambique, Maputo, Gaza e Inhambane, a CEMIRDE promoveu o primeiro Estudo, referido ao longo do documento como Estudo do Sul. A partir da experiência do primeiro estudo, com o propósito de expandir a abrangência do conhecimento a respeito do fenómeno, foi realizado o Estudo do Norte, nas três províncias do norte do país, Niassa, Nampula e Cabo Delgado. Completando todo o território nacional, em 2021 é publicado o terceiro estudo referente às quatro províncias do centro, Sofala, Manica, Tete e Zambézia, identificadas nos estudos anteriores como as províncias com mais registo de casos. O presente relatório de Estudo Comparativo sobre o Tráfico de Pessoas, Órgãos e Partes do Corpo Humano de Moçambique, é resultado do conhecimento dos contornos do tráfico numa análise comparativa baseada nas três pesquisas acima referenciadas.

## Justificação e objectivos do estudo

Na esteira das descobertas minerais da última década, Moçambique tem sido celebrado como uma das economias em maior crescimento no continente, entretanto, os beneficiários deste tal crescimento económico substancial foram confinados a uma pequena secção da população, exortando as desigualdades socioeconómicas. Por outro lado, a instabilidade política e militar, a precariedade das infra-estruturas, a flutuação de preços dos mercados para produtos minerais,

entre outros factores, fazem com que o crescimento nacional não seja linear. Moçambique continua a ser um dos países mais pobres do mundo. A redução do papel do Estado, associado ao neoliberalismo, implicou uma redução dos investimentos em serviços públicos, particularmente afectando os grupos mais vulneráveis.

O tráfico de pessoas, órgãos e partes do corpo humano é uma cruel realidade em Moçambique, um país vulnerável à mercantilização de pessoas, seja como fonte, trânsito ou país de destino (Goredema, 2013:151). O problema do tráfico de pessoas e de órgãos humanos é generalizado, embora seja difícil a obtenção de dados sobre a sua escala exacta. A CEMIRDE tem vindo a marcar uma posição importante nesta área, realizando actividades formativas de sensibilização junto à população local e instituições estatais e da sociedade civil comprometidas com o fenómeno, focando-se nas zonas mais recônditas dos distritos e priorizando o uso das línguas locais. A realização deste estudo procurou responder à escassez de estudos que documentam e analisam o assunto em Moçambique.

O estudo tinha como objectivo compreender as principais causas e factores do fenómeno de tráfico de órgãos e partes do corpo humano em Moçambique. Especificamente:

- Analisar os contornos do fenómeno e as diferentes dimensões do mesmo no país;
- Descrever as percepções sobre o fenómeno entre diferentes actores (estudantes, polícia, líderes comunitários, médicos tradicionais e profissionais de saúde, entre outros);
- Documentar as estratégias de gestão do problema, tanto a nível individual como a nível institucional;
- Analisar as políticas e as intervenções das instituições do Estado e da sociedade civil.

# Revisão da Literatura

A exploração, a comercialização e a escravização de seres humanos datam dos primórdios da humanidade. Contudo, o tema do tráfico de pessoas alcançou um importante destaque a nível mundial no virar do século XXI por razões diversas, entre elas estão a ratificação do Protocolo de Palermo e o reconhecimento da comunidade internacional quanto a esta realidade. O “Protocolo para Prevenir, Reprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, especialmente Mulheres e Crianças”, que entrou em vigor em 25 de Dezembro de 2003, foi o primeiro instrumento global vinculativo com uma definição sobre o tráfico de seres humanos.

## O tráfico de pessoas

Para que uma situação de tráfico de seres humanos seja reconhecida como tal, devem estar presentes três elementos principais: acção, meios e fim. O tráfico de pessoas é, portanto, caracterizado pelo "recrutamento, transporte, transferência, alojamento ou acolhimento de pessoas, por meio de ameaça ou uso da força ou outras formas de coerção, de rapto, de fraude, de engano, do abuso de poder ou de uma posição de vulnerabilidade ou de dar ou receber pagamentos ou benefícios para obter o consentimento para uma pessoa ter controle sobre outra pessoa, para o propósito de exploração. A exploração compreende, pelo menos, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, a escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a extracção de órgãos". (Definição de Tráfico de Pessoas segundo a Convenção de Palermo – Nações Unidas, 2000). Quando se trata de uma criança, ou seja, qualquer pessoa menor de 18 anos, não há necessidade de existir nenhum dos elementos referidos como meios.

Não existem fronteiras rígidas nas definições do tráfico humano. Este se confunde com o tráfico de órgãos. O tráfico é uma forma de poder em que se utiliza a vulnerabilidade das pessoas para as explorar e controlar, em troca de pagamentos e outros benefícios, como oferta de emprego, obtendo deste modo o consentimento das vítimas. Estas são colocadas numa situação em que perdem por completo os seus direitos, ficando sob a dependência dos traficantes (Monteiro e Osório, 2009). Sendo por natureza, um negócio complexo, secreto, perigoso, de difícil acesso e enfrentamento, são poucas as vítimas deste crime que têm coragem de testemunhar contra os traficantes por receio de retaliação, de recriminação e por falta de confiança na acção da justiça. Outra dificuldade encontrada para se lidar com o problema, é que este se confunde com os fluxos migratórios irregulares e contrabando de migrantes, sendo difícil distinguir as vítimas de tráfico entre estes fluxos (UNESCO, 2006).

Na maioria das vezes o contrabando de migrantes ocorre através de grupos criminosos organizados e em condições perigosas ou degradantes. Contudo, há o consentimento do migrante em pagar a alguém para organizar e/ou facilitar a sua entrada num país do qual não é nacional

ou residente. Já no caso do tráfico, o consentimento não ocorre ou, se ele existe, perde o seu valor devido à coacção, fraude ou abuso dos traficantes. O contrabando de migrantes é sempre transnacional, enquanto o tráfico de pessoas pode ocorrer tanto internacionalmente quanto dentro do próprio país. Ambos os processos estão interligados e as diferenças entre os dois crimes podem ser muito difíceis de identificar. Um/a migrante pode, em trânsito ou no seu destino final, encontrar-se numa situação de tráfico de seres humanos.

O Relatório Global sobre Tráfico de Pessoas (UNODC, 2016), aponta que as mulheres e raparigas são as principais vítimas de tráfico de exploração sexual, enquanto os homens e rapazes são traficados para a sua exploração em trabalho forçado na indústria da mineração, nas pescas, e outras. A nível mundial, relativamente à percentagem de vítimas de tráfico de pessoas, por faixa etária e sexo, 21% eram homens, 7% rapazes, 49% mulheres e 23 % eram raparigas.

De facto, nos últimos dez anos, a capacidade das autoridades nacionais de rastrear e avaliar os padrões e fluxos de tráfico de pessoas melhorou em diversas partes do mundo. A maior parte das vítimas de tráfico identificadas na África Subsaariana são crianças (60%), sendo o tráfico de crianças mais comum na África Ocidental do que no resto do continente, onde a maior parte das vítimas identificadas são adultos. Nomeadamente, mais homens adultos na África Oriental e mais mulheres adultas na África Austral (UNODC, 2018). Cabe ressaltar que o nível mais baixo de condenações na África Subsaariana não reflecte uma actividade de tráfico limitada, mas sim uma fraca resposta, motivada pela falta de capacidade institucional para abordar este tipo de crime (UNODC, 2018:24).

O mais recente Relatório (UNODC 2020) aponta que o número de vítimas de tráfico tende a aumentar no contexto da pandemia de Covid-19, que coloca os mais vulneráveis em maior risco.

## O tráfico de órgãos e partes do corpo humano

O tráfico de órgãos é hoje uma realidade em quase todo o mundo, tendo aumentado o número de indivíduos envolvidos no negócio ilícito de tráfico de órgãos humanos para fins de transplante (UNODC 2018). Na última década, o Relatório Global sobre Tráfico de Pessoas (UNODC) recolheu informações sobre cerca de 700 vítimas de tráfico de pessoas para remoção de órgãos identificadas em 25 países, em comparação com 225.000 vítimas de tráfico de pessoas para todos os outros fins. As estimativas sugerem que 5 a 10% de todos os transplantes de rim e fígado são realizados com órgãos obtidos ilegalmente.

De acordo com Ávila et al (2008) o mercado de órgãos tem a sua maior expressão no crime organizado, através de conexões internacionais e constitui a terceira actividade ilícita mais lucrativa da actualidade, perdendo somente para o tráfico de armas e de drogas. As redes de crime organizado transnacional são, de facto, organizações bem estruturadas e hierarquizadas, que dentro da sua organização apresentam uma divisão de trabalho e uma especialização dos

seus membros. As mesmas envolvem vários países e várias pessoas nas suas actividades, com enfoque para as populações carenciadas e com poucas alternativas para garantir a sua sobrevivência. Estas redes possuem recursos humanos, materiais e financeiros que permitem gerir oportunamente as suas actividades, “incluindo a sua penetração nas autoridades políticas, administrativas e judiciais instituídas (por corrupção ou por tráfico de influências), sendo desta forma que mantêm a sua organização forte e intocável” (Anes 2015 em Francisco 2018:35).

O “mercado” de órgãos humanos para transplantes é, de facto, um fenómeno transnacional altamente lucrativo que envolve complexas redes de crime organizado. A antropóloga Nancy Scheper-Huges (2004) tem vindo a estudar o tráfico ilícito de órgãos humanos, circuitos que envolvem compradores, vendedores, mediadores e cirurgiões de diferentes partes do mundo. O tráfico de órgãos para fins cirúrgicos está incorporado num sistema maior de troca e extracção através das diferenças de riqueza (Moniruzzaman, 2012). As especificidades contextuais do mercado de órgãos perdem-se num discurso universalizante e geral do tráfico de seres humanos, tornando-se assim difícil conceber formas de implementar respostas anti-tráfico de órgãos (Yea, 2010).

Tem sido reportado que em alguns contextos, a extracção de órgãos humanos não tem finalidades cirúrgicas, mas se destina a prática de “rituais de feitiçaria ou magia”. Relatos de roubo de genitais têm sido frequentes na África Central e Ocidental. Diz-se que os órgãos genitais masculinos roubados são vendidos aos médicos tradicionais para uso em cerimónias (Lombard, 2013). Na África do Sul, relatos sobre assassinatos de pessoas para extracção de partes do corpo usadas na preparação de certo tipo de medicamentos tradicionais tem uma longa história (Labuschagne, 2004). Estes medicamentos, chamados muti, referem-se a substâncias fabricadas por especialistas, pessoas detentoras de um conhecimento secreto para fins positivos de cura, envolvendo purificação, fortalecer ou proteger as pessoas de forças malignas, ou podem servir os propósitos negativos da feitiçaria, trazendo má sorte, doença e morte a outros, ou ainda, enriquecimento ilícito, e poder ao feitiçeiro (Ashforth, 2008).

Na década de 90 na África do Sul os *media* divulgaram vários casos de extracção de órgãos do corpo humano, que foram até levados a tribunal. Esses órgãos, geralmente de bebés e jovens eram usados para fins mágicos relacionados com a fertilidade, êxito nos negócios e sorte no amor. De preferência, os órgãos deviam pertencer a crianças com menos de 12 anos de idade e ser retirados quando o corpo estava ainda quente (Comaroff e Comaroff 1999:290). O sacrifício de crianças servia como explicação para o enriquecimento repentino das pessoas (White, 1997). No contexto da África Ocidental, Geschiere (1997) argumenta que a feitiçaria, longe de ser uma forma cultural estável, é um discurso moral extremamente flexível em reacção a novas formas de riqueza, desigualdade e poder.

No entanto, é de sublinhar que o tráfico de órgãos humanos não se verifica apenas em África, estendendo-se a outras regiões do globo (Ásia, América do Sul, Europa) no âmbito de uma “economia global de partes do corpo humano”. Geschiere (2006:224) menciona práticas de feitiçaria

estudadas, por exemplo, por Favret-Saada (1977) na França e por Taussig (1987) na Colômbia. Na verdade, relatos sobre o uso de partes do corpo em “práticas mágicas” para atrair riquezas e poder não se limitam ao contexto africano ou aos tempos recentes. Durante o início da era moderna na Europa, por exemplo na Alemanha, partes dos corpos executados nos espaços públicos eram roubadas e usadas como talismãs mágicos (Tlusty, 2015).

O mercado em partes do corpo humano constitui, portanto, uma forma de mercadorização da própria vida associada à proliferação do que designam “economias ocultas” (Comaroff e Comaroff 1999: 283-291). Os factores que contribuem para estes fenómenos não são apenas a pobreza ou a privação material, por mais duras que elas sejam, mas sim a interligação do seguinte:

A percepção de que grandes riquezas são possuídas apenas por um pequeno grupo de cidadãos (riquezas até ali inimagináveis e reunidas de modo muito rápido), frequentemente associada à utilização de mecanismos misteriosos e/ou mágicos; e um sentido de desespero perante a exclusão (Comaroff e Comaroff 1999:284).

## Literatura sobre Moçambique

A 30 de Dezembro de 2003, o Jornal *Notícias* anunciou que nesse mesmo ano, cinquenta e duas crianças tinham desaparecido em Nampula e foram encontrados corpos com órgãos e partes removidas. As denúncias da possível existência de uma rede de tráfico de crianças em Nampula abalaram a comunidade local e internacional como resultado da extensa cobertura mediática. Acreditava-se que crianças e jovens estavam a ser levados para a África do Sul para a retirada de seus órgãos.

Segundo Alexandre Baia, que procurou entender a relação entre o desaparecimento de menores e tráfico de órgãos humanos nas províncias do norte e centro do país, no âmbito do estudo coordenado por Serra (2006), as denúncias e a elevada mediatização do caso, criaram um ambiente geral de medo na população, contudo, as instituições governamentais afirmaram que “tudo se resume a rumores sem provas”. No relatório de uma investigação levada a cabo pela Procuradoria da República em 2004 lê-se: “Em relação ao desaparecimento de menores (...) há vários casos registados (...). Todavia, das investigações feitas não foram encontrados elementos que sustentem ser o móbil de tais raptos a extracção de órgãos humanos (...)” (PGR, 2004 em Baia, 2006 p.235).

Realizaram-se na época mais investigações para apurar o fundamento de tais denúncias, sem, contudo, ter-se conseguido reunir provas que comprovassem o tráfico de órgãos humanos para fins de transplante, corroborado por peritos da saúde envolvidos na investigação. O caso estava relacionado com práticas de feitiçaria sem enquadramento no discurso jurídico (Meneses, 2008).

# Há extracção de órgãos para efeitos de feitiçaria

– refere Almerino Manhenje, Ministro do Interior

No 77c1AF 16/03/04  
O MINISTRO do Interior, Almerino Manhenje, reconheceu ontem em Maputo, a existência nos últimos tempos, de casos de extracção de órgãos humanos para fins de feitiçaria. O titular da pasta do Interior, que falava na cerimónia de abertura do curso de subcomité de formação da SARPCCO (Organização dos Chefes da Polícia dos Países da África Austral) que irá decorrer até próxima sexta-feira, sob o tema “violência contra a mulher e criança”, apontou que o nosso país registou recentemente três casos de assassinato, para a extracção de órgãos humanos, alegadamente para fins de feitiçaria, situações que ocorreram nas províncias de Nampula, Sofala e Manica.

Igualmente, de acordo com Almerino Manhenje, têm sido notificados casos de tráfico de menores e mulheres para a vizinha África do Sul, onde as pessoas são usadas na prostitui-

ção e no trabalho infantil. Citou como exemplo, o caso dum jovem que após a Polícia tomar conhecimento da sua presença através de denúncias dos familiares, encetou diligência conjuntas com a Polícia sul-africana e com a organização “Terre des Homens”, que permitiram a recuperação do menor. Para este e outros casos foram identificados os autores tendo sido posteriormente encaminhados às autoridades judiciais para procedimento criminal.

Já em 1999, conforme explicou o ministro do Interior, na fronteira da República da Tanzania com o Malawi foi reportado um caso invulgar, com contornos de violência física e psicológica, onde um grupo de criminosos assassinou um cidadão para lhe extrair a pele para fins de feitiçaria.

Quanto à situação de tráfico de órgãos humanos e de menores em Nampula, o ministro

disse que o assunto ainda está a ser investigado e às conclusões serão tomadas públicas.

Num outro desenvolvimento, o ministro do Interior referiu que a harmonização dos programas de formação deve ter como pressuposto principal um policiamento eficiente e eficaz, nas áreas onde se verifica violência contra a mulher e a criança, a melhoria das capacidades, formas e procedimentos de atendimento às vítimas tendo em conta a sua vulnerabilidade na estrutura populacional dos nossos países.

“Os crimes atentam contra a moral e a dignidade humana, sendo que, o seu “modus operandi”, caracteriza a actuação de autênticas redes de crime organizado, movidas por uma inquestionável falta de humanismo e valor pela vida em nome dos hediondos e inconfessáveis interesses” – afirmou.

Jornal de Notícias de 16 de Março de 2004

Desde o caso de Nampula em 2003, o tema do tráfico de pessoas em Moçambique ganhou maior visibilidade. Foram registados vários casos de raparigas moçambicanas sendo traficadas para exploração sexual fora do país - o “caso Diana”, por exemplo, recebeu grande cobertura dos media. Aldina dos Santos, mais conhecida como “Diana” acabou por ser condenada à prisão perpétua depois de ser considerada culpada de tráfico de três raparigas de Moçambique para a África do Sul para a prostituição forçada em 2008.

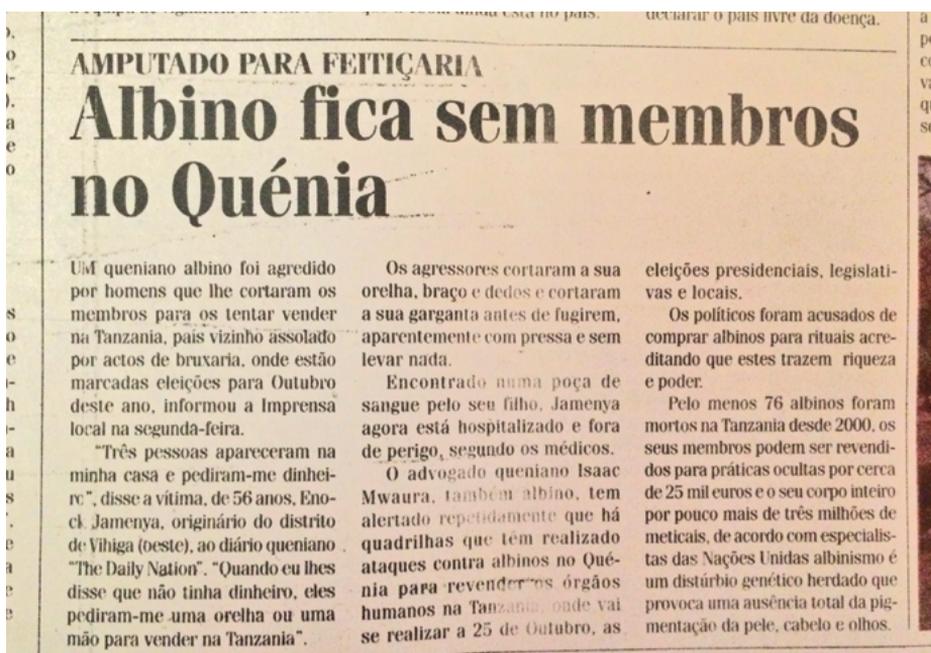
Um estudo levado a cabo pela Liga Moçambicana dos Direitos Humanos (LDH) em 2009 sobre tráfico de partes do corpo em Moçambique e na África do Sul, mostrou que ocorrem mutilações regulares e partes do corpo são traficadas pela fronteira entre os dois países (Fellows, 2009). Mais tarde, em 2013, a SANTAC em colaboração com a LDH, realizou um estudo sobre o tráfico de partes do corpo humano no Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo. O estudo provou a existência do tráfico de partes do corpo perpetrado em Moçambique, Zimbabue e África do Sul. Os investigadores concluíram que o destino das partes do corpo é em grande parte a África do Sul e que a região do centro de Moçambique é a que regista mais casos de extracção de partes do corpo humano, sendo que cerca de 1/4 de todas as extracções são de órgãos genitais. A África do Sul é um mercado importante onde se acredita que os órgãos sexuais, coração, olhos

e cérebro são usados na medicina tradicional para curar doenças decorrentes da SIDA, impotência sexual e infertilidade, e ainda, aumentar o poder e riqueza do indivíduo (UNESCO, 2006).

De facto, em Moçambique, acusações, suspeitas e práticas de feitiçaria, associadas ao tráfico de órgãos humanos, têm conhecido uma renovada importância nos últimos vinte anos, demonstrando amplificação das vulnerabilidades e formas de violência que ocorrem em Moçambique (Meneses, 2008). As frequentes acusações de feitiçaria ocorrem em tempos de crise económica, de degradação social e escassez de oportunidades para a ascensão social e económica. “Os líderes políticos são amplamente referenciados por recorrerem à feitiçaria a fim de assegurarem poder e sucesso” (Meneses, 2008 p. 169).

No ano de 2015, foram expostos novamente vários casos de desaparecimento de crianças nas regiões do norte do país, gerando um estado de alarme. Desta vez, os principais alvos foram especificamente crianças e jovens com albinismo. A perseguição aos albinos, fenómeno relacionado à crença de que partes de seus corpos possuem poderes mágicos, ocorria predominantemente no centro e no norte do país. O norte de Moçambique faz fronteira com o Malawi e a Tanzânia que, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), são países de origem ou destino de pessoas com albinismo e partes do corpo.

O Jornal *Notícias* em 2015 referiu que segundo dados das Nações Unidas, desde 2000 tinham sido assassinados pelo menos 76 albinos na Tanzânia. O problema atingiu Moçambique, onde um número crescente de casos foi relatado entre 2014/15. A natureza horrível dos crimes gerou reacções substanciais da sociedade civil, ONGs nacionais e internacionais, exortando o governo a tomar medidas imediatas.



Jornal *Notícias* de 16 de Setembro de 2015.

No que diz respeito à legislação, os avanços foram significativos. Nos termos do artigo 161 do novo código penal que entrou em vigor em Julho de 2015, a posse, transporte e tráfico de órgãos humanos, incluindo partes de corpos humanos, tornaram-se crimes, e nesse mesmo ano houve um caso amplamente divulgado de assassinato de uma pessoa com albinismo e a tentativa de tráfico de partes de seu corpo, em que os agressores foram condenados a quarenta anos de prisão.

Moçambique, dado a sua localização geográfica e todo o contexto socioeconómico, constitui fonte e ao mesmo tempo corredor para o tráfico de pessoas, sendo um dos principais destinos a República da África do Sul (Serra, 2006; Fellows, 2009; ISRI, 2014). A falta de oportunidades de emprego em Moçambique reforçou a tendência existente de migração laboral para a África do Sul. Cada vez mais mulheres, jovens e crianças passam a fronteira em busca de melhores oportunidades utilizando canais irregulares de migração, que os deixam vulneráveis à exploração e à violação dos seus direitos. Um estudo elaborado pelo Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI), encomendado pela Procuradoria Geral da República e financiado pela *Save the Children* Moçambique em 2014, sobre o “Tráfico de Pessoas em Moçambique, em particular, de Crianças”, indica que as zonas rurais e suburbanas são as mais afectadas. A incapacidade de integração dos jovens nas comunidades, como consequência dos elevados níveis de pobreza e falta de serviços por parte do Estado, é apontada como um dos factores de risco.

# Metodologia

A metodologia qualitativa é a mais apropriada para aceder ao “universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenómenos” que não podem ser quantificados (Minayo 2002:22).

Foram utilizadas diferentes técnicas de recolha de informação, nomeadamente, revisão da literatura, entrevistas individuais, discussões de grupos focais, observação directa e conversas informais. As entrevistas semi-estruturadas pelo seu carácter flexível permitiram aceder a informações mais detalhadas incluindo as dimensões de análise essenciais para responder às questões do estudo, nomeadamente:

- Quais são as percepções existentes sobre o tráfico de pessoas e de partes do corpo humano?
- Qual a interpretação que os vários actores fazem do tráfico e motivações para recorrer a estas práticas?
- Quais são as modalidades do tráfico de pessoas e de partes do corpo humano mais incidentes em cada região?
- Quais são os métodos ou estratégias utilizadas pelos agentes criminosos para abordar as vítimas?
- Qual é o perfil das vítimas?
- Qual o papel dos diferentes actores: saúde, educação, judicial/criminal, sociedade civil e a nível comunitário na gestão destes casos?
- Quais são as boas práticas e lacunas dos serviços prestados pelas entidades governamentais e não governamentais que prestam assistência às vítimas?
- Quais são os pontos de interacção entre as práticas da medicina tradicional e a extracção de órgãos e partes do corpo humano?
- Que crenças estão subjacentes a estas práticas?

Incorporamos as perspectivas de uma gama heterogénea de diferentes grupos de informantes, o que ajuda a melhorar a confiabilidade na pesquisa qualitativa. Procuramos entrevistar pessoas com idade, género, e estatuto sócio-económico diverso, de modo a podermos captar e analisar a complexidade do problema em estudo. Participaram da pesquisa informantes-chave que directa ou indirectamente estivessem envolvidos na temática, tais como representantes de instituições governamentais e da sociedade civil, líderes religiosos, líderes comunitários, professores, pessoal da biomedicina e da medicina tradicional; membros das comunidades e jovens estudantes do ensino secundário maiores de 18 anos.

Adoptamos a “amostragem por bola de neve” - que consiste em ir seguindo, embora com cautela, as indicações/informações fornecidas pelos informantes iniciais. Através desta técnica identificamos participantes com conhecimento ou com vivências da matéria em estudo, nomeadamente pessoas que foram vítimas de tráfico ou seus familiares.

## Número de participantes

PROVÍNCIA	TIPO DE ENTREVISTA	Nº	TOTAL INFORMANTES
<b>Maputo</b>	Entrevista Individual	31	47
	Grupo Focal	2	
<b>Gaza</b>	Entrevista Individual	4	34
	Grupo Focal	5	
<b>Inhambane</b>	Entrevista Individual	19	35
	Grupo Focal	4	
<b>Nampula</b>	Entrevista Individual	32	48
	Grupo Focal	2	
<b>Cabo Delgado</b>	Entrevista Individual	21	53
	Grupo Focal	2	
	Entrevista em grupo	1	
<b>Niassa</b>	Entrevista Individual	16	32
	Grupo Focal	2	
<b>Tete</b>	Entrevista Individual	16	42
	Grupo Focal	4	
<b>Zambézia</b>	Entrevista Individual	21	29
	Grupo Focal	1	
<b>Manica</b>	Entrevista Individual	11	24
	Grupo Focal	2	
<b>Sofala</b>	Entrevista Individual	13	13
<b>Total</b>			<b>357</b>

A razão para a escolha dos locais de pesquisa deveu-se, entre outros, à intensa mobilidade humana, proximidade de fronteiras, vulnerabilidade e grupos de risco que caracterizam os mesmos, e ainda, notificação de casos de tráfico de pessoas e/ou de partes do corpo humano.



# Considerações éticas

“Método e ética estão imbricados, solicitando, em todas as fases da pesquisa e mesmo após o seu término, a actividade e a autonomia do pesquisador” (Schmidt 2008:52).

Este estudo nas suas diversas fases de realização, em períodos e contextos geográficos específicos, decorreu mediante a aprovação de reconhecidas instituições de ética do país. Na fase inicial em 2016, o protocolo do estudo foi aprovado pelo Comité Nacional de Bioética para a Saúde do Ministério da Saúde (MISAU), (Ref. 291/CNBS/2015), nos estudos em 2018 e 2021 aprovados pelo Comité Institucional de Bioética em Saúde da Faculdade de Medicina/Hospital Central de Maputo (CIBS FM & HCM), com as referências FM&HCM/83/2017 e CIBS FM&HCM/016/2020, respectivamente.

Todas as questões éticas relativas ao respeito pela autonomia, anonimato e a confidencialidade foram levadas em consideração. Por razões de protecção do anonimato, ao longo do texto, tentamos ocultar qualquer informação que possa identificar o informante.

Importa referir que a ética não pode nem deve ser tomada apenas do ponto de vista das obrigações de pesquisadores e/ou entidades; não só a ética profissional garante o respeito aos direitos de cada um e de todos, mas há que considerar ainda os direitos sociais, que é possível captar através da interacção e proximidade entre o pesquisador e o/a participante da pesquisa.

Como parte do processo de pesquisa e em conformidade com as normas dos comités de ética com vista a garantir a segurança dos indivíduos, incluindo as medidas de protecção à confidencialidade, respeito à intimidade, autonomia, anonimato e à confidencialidade que foram levadas em consideração, o consentimento informado é e foi um dos instrumentos usados como pré-condição para o envolvimento dos participantes da pesquisa. Os participantes foram informados sobre os riscos e benefícios da sua participação, tanto de forma oral como por escrito, através do consentimento informado.

Segundo Langdon, Maluf & Tornquist (2008:138), “o método etnográfico, pelos seus procedimentos de diálogo com o outro e respeito às concepções e visões locais, é por si uma forma de consentimento, não formal, mas presente e condição para a realização de qualquer pesquisa de campo. Estes autores destacam que, “ao contrário da pesquisa no campo biomédico, os antropólogos não pesquisam em seres humanos, mas com seres humanos”, em que o sujeito de pesquisa assume um papel de activo, ou de sujeito de interlocução.

Nesta perspectiva, de colaboração do sujeito interlocutor na interacção, particularmente com as pesquisadoras, confrontando uma temática sensível, efeitos emocionais e afectivos emergem e orientaram as pesquisadoras para maior atenção aos cuidados pelos outros, ou seja, para uma atitude de pesquisa acção e engajada. Especificamente, o acumular do registo de violências

e violações dos seres humanos, e a experiência última em 2021, de uma criança cujos órgãos genitais foram integralmente decepados, colocou as pesquisadoras na obrigação de lidar com uma condição na qual um ser humano tinham perdido sua dignidade. Este e outros tantos casos de tráfico de pessoas e de partes de corpo humano, chamou a atenção sobre as dificuldades e a complexidade teórica e metodológica na realização de pesquisa social sobre o tráfico humano, sobre o significado e valor das questões éticas e do papel e responsabilidades do pesquisador. Conforme salienta Maria Luísa Sandoval Schmidt, “as conexões entre ética, política e ideologia são, portanto, um primeiro aspecto a apreender com e na pesquisa qualitativa de tipo participante” (Schmidt 2008:48).

Tendo em conta o carácter sensível do fenómeno objecto de estudo, com vista a garantir que os princípios de ética na pesquisa estivessem acautelados, as pesquisadoras e os assistentes de pesquisa passaram por um treinamento de um dia, sobre metodologia e ética. As pesquisadoras e assistentes cuidaram que os participantes na pesquisa fossem sujeitos a qualquer forma de dano (moral, físico, emocional, e estivessem preparados para evitar juízos de valor, e habilitados para lidar e gerir casos e experiências de violência ou questões sensíveis, e prover apoio (encaminhamento aos serviços de assistência psicossocial) caso o participante necessitasse.

# Moçambique: as dimensões da vulnerabilidade

## Pobreza e comercialização da vida humana

Apesar de alguns progressos, Moçambique continua a ser um dos países com índices de desenvolvimento mais baixos do mundo. De acordo com o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) (2020), Moçambique ocupa o lugar número 181 entre 189 países no seu índice de desenvolvimento humano.

Nos anos recentes, tem havido um aumento da pobreza multidimensional em que “as melhorias gerais no acesso a serviços básicos, propriedade de activos e condições de moradia parecem ter parado. O número de pobres multidimensionais aumentou em aproximadamente um milhão de pessoas no período de 2015-2018 de cerca de 21,3 para 22,2 milhões de pessoas. Isto indica uma intensificação da pobreza, em particular porque a maioria dos pobres adicionais encontra-se nas áreas rurais já vulneráveis e nas províncias centrais” (Egger et al 2021 em CIP & CMI 2021:113).

De facto, a distribuição geográfica da população de Moçambique é irregular e a maioria concentra-se nas províncias de Nampula e Zambézia, com quase 40% da população total. De acordo com um relatório do Banco Mundial (2016), as províncias de Nampula e Zambézia representavam juntas quase metade da população pobre do país. Persistem no país desigualdades em termos geográficos quanto ao acesso à educação, serviços de saúde, água, saneamento e protecção social, sendo que as províncias do Norte e do Centro têm menor acesso.

Moçambique tem extensas fronteiras terrestres e fluviais e as comunidades rurais, principalmente nas imediações do traçado fronteiriço têm um grau de vulnerabilidade muito acentuado. As redes de crime organizado facilmente aliciam as pessoas carenciadas das zonas fronteiriças para as quais o crime torna-se fonte de subsistência, uma vez que, não existem actividades lícitas que possam gerar rendas e proporcionar o mínimo para a sobrevivência. Por outro lado, as vulnerabilidades a que estão sujeitas, fazem com que parte considerável das vítimas do tráfico de pessoas sejam membros dessas mesmas comunidades (Francisco 2018).

No Sul do país, a localidade de Mapulanguene que faz parte do distrito de Magude, na fronteira com a África do Sul adjacente à reserva de animais designada Parque Kruger, já foi em tempos um corredor para a África do Sul. No ano de 2016, constatamos que um número significativo de jovens do distrito de Magude dedicava-se à prática extremamente lucrativa da caça ao rinoceronte para venda dos cornos deste animal. De acordo com o que se dizia em Magude, a caça ao xibejana (rinoceronte) era uma atividade levada a cabo por uma rede de indivíduos influentes, chamados de *patrões*, que contratavam serviços de jovens fisicamente ágeis, mas

economicamente e socialmente débeis, os *rikanhana* (aqueles que cortam os chifres). “Todo o distrito de Magude está contaminado”, disse-nos um chefe de localidade de Mapulanguene referindo-se a este fenómeno que era motivo de preocupação e sofrimento de muitas famílias do distrito, pois muitos destes jovens acabavam por ser mortos pelas autoridades Sul-africanas ou por outros membros das redes de que faziam parte.

Da mesma forma que a caça furtiva é um crime e um negócio que envolve os jovens neste contexto de pobreza, o tráfico de órgãos é também uma forma de negócio. Torna-se muito aliciante por se tratar de um modo de obtenção de grandes valores monetários de forma rápida, mas também é uma forma de sobrevivência num contexto marcado pelo desemprego, falta de oportunidades e de acesso a uma formação de base. “Com os órgãos acontece o mesmo como com os cornos de rinoceronte, as pessoas não sabem para que servem, só que se ganha muito dinheiro com a venda” (chefe de localidade, Mapulanguene, 2016).

Os anos de 2015 e 2016 constituíram o período em que se atingiu o pico no que concerne o rapto, assassinato e tráfico de partes do corpo de pessoas com albinismo em Moçambique. Os ataques físicos contra pessoas com albinismo foram relatados maioritariamente nas províncias do centro e norte de Moçambique. Mesmo nos casos em que não há um comprador, a procura de partes do corpo das pessoas com albinismo para venda tornou-se uma possibilidade de negócio, inclusive com o envolvimento das famílias.

Na região norte de Moçambique, em 2018, foram relatados casos de crianças que sofriam na escola porque os colegas lhes chamavam de “bolada” (espécie de jackpot, negócio nebuloso, dinheiro fácil). “Cabelo é dinheiro, unha é dinheiro, ossos é dinheiro, sangue é dinheiro”, expunha o pai de uma criança com albinismo, mencionando que o seu filho tem por hábito recolher o seu cabelo do chão do barbeiro depois do corte. Uma mãe de uma criança com albinismo contou um episódio em que o seu filho voltou para casa a chorar porque um senhor na rua lhe disse que o iria vender. São narrativas que ilustram a exclusão social que as pessoas com albinismo enfrentam todos os dias, sendo que os abusos e maus-tratos nem sempre são físicos. Em contextos de pobreza, a precariedade da situação dos direitos humanos das pessoas com albinismo está igualmente relacionada com o envolvimento dos próprios familiares das vítimas nos crimes.

De forma acentuada, nas províncias centrais onde é mais notória a intensificação da pobreza, as crianças e jovens são forçadas a migrar para procurar soluções de sobrevivência. Registamos relatos de crianças, jovens e adolescentes que saem dos vários distritos de Zambézia, Sofala e Tete (Dondo, Mafambisse, Nhamatanda, Gorongosa, Caia, Marromeu, etc.) para a cidade da Beira, para diferentes fins de exploração. Muitas crianças sozinhas (8, 9, 10 anos) ou acompanhadas pelos irmãos (14, 15, 16 anos) se instalavam na estação dos caminhos-de-ferro da Beira. As crianças estavam sujeitas a qualquer tipo de trabalho. Por causa da pobreza e da fome, fugiam dos pais. Segundo os nossos interlocutores, as pessoas já sabiam os dias em que o comboio chegava e iam lá buscar as crianças, “como um mercado” (Centro de Apoio à Vítima de Violência, Sofala, Fevereiro 2021).



Cidade da Beira, Maio 2021

Tal como observamos no Centro, no Sul de Moçambique, rapazes e raparigas fogem de casa por falta de meios de sobrevivência, conflitos e tensões familiares e nalguns casos por serem sujeitos a várias formas de violência. Outras crianças, jovens e adolescentes porque se consideram adultas, não querem ser contrariadas pelos pais acabam tomando a decisão de sair de casa, pensando que, com esta acção, poderão encontrar mais oportunidades de vida nas grandes cidades, onde pelo contrário acabam ficando susceptíveis de serem vítimas do tráfico.

“Então quando isso acontece, quando as pessoas saem, algumas, tem um ponto de escala que é Ressano Garcia, se for para ali vai ver que há muitas crianças ali, se olhar para aquele posto fronteiriço vai ver que há muitas crianças ali, umas a venderem ovos, enfim, a fazerem pequenos negócios ali. Aquilo é uma espécie de trampolim, chegam, quando acham que já estão mais ou menos familiarizados com aquela vida, eles saltam para outro lado, alguns deles desacompanhados, vão para o outro lado, e ficam a pensar que lá vão encontrar melhores oportunidades” (Informante Comunicação Social, Maputo, 2016).

## Educação

Num país como Moçambique, onde a pobreza é endémica, a desigualdade educacional é notável, considerando que apenas uma pequena parcela da população tem acesso a níveis mais elevados de educação e recebe uma educação de boa qualidade. O nível de escolaridade nunca foi distribuído de forma equitativa no espaço em Moçambique e esta lacuna ainda é grande, tendo os assuntos de género no acesso à educação uma dimensão muito forte (Berg et al. 2017).

Em Moçambique, apenas 46% das raparigas terminam a escola primária no país e 56% das mulheres são analfabetas (70% nas áreas rurais), em comparação com 29% dos homens (PEPFAR, 2016). A infância e a adolescência terminam para muitas com uma educação fraca, com problemas de saúde e sem poder de decisão sobre a própria vida e nas comunidades (UNFPA, 2017 p. 26). Os pais com baixos níveis de alfabetização tendem a ganhar menos e isso pode afectar negativamente o agregado familiar, incluindo o desempenho escolar dos filhos e a capacidade de ler e escrever. Pode inclusivamente contribuir para um ciclo intergeracional de pobreza e analfabetismo. Nestas condições, sem ou com limitado acesso à informação e formação dos jovens e adultos, tornam-se susceptíveis às redes do crime organizado e ao tráfico humano.

Evidências mostram os benefícios da educação, onde há níveis mais altos de educação feminina em contextos de países em desenvolvimento, levam a ter menos filhos e, muitas vezes, também a retardar o casamento e adiamento do primeiro nascimento. Esses são factores importantes no emponderamento das mulheres, mas também na redução da pressão de recursos nas famílias e na sociedade (Berg et al. 2017).

## Crise económica e as disparidades sociais

Apesar de grandes projectos de investimento no país terem potenciado o crescimento económico de Moçambique desde o Acordo Geral de Paz (1992) que pôs fim a uma guerra sangrenta que durou 16 anos, o país continua a ser um dos mais pobres do mundo. A realidade de Moçambique parece encaminhar-se para o panorama que se observa em outros países ricos em recursos naturais, onde se têm verificado conflitualidades políticas e sociais, maiores níveis de desigualdade social em desfavor do meio rural e dos camponeses, maiores êxodos rurais e défices alimentares crescentes (Mosca, 2014). De acordo com a pesquisa intitulada “Custos e Consequências das dívidas ocultas para Moçambique” (CIP & CMI 2021), dois milhões de moçambicanos foram empurrados para a pobreza absoluta, de 2016 a 2019, devido ao que é hoje descrito como o maior escândalo financeiro do país. O que determinou a suspensão de apoio por parte de doadores internacionais e despoletou uma grave crise financeira.

O relatório do Banco Mundial (2018) “Actualidade Económica de Moçambique: Redução na Pobreza, mas Aumento da desigualdade”, mostra que os ganhos foram acompanhados por uma disparidade crescente entre os que se encontram em melhor situação financeira e os agregados familiares mais desfavorecidos, limitando o progresso do objectivo de partilha de prosperidade e colocando Moçambique entre os países com um dos maiores níveis de desigualdade na África Subsariana.

Bertelsen (2016) argumenta que a acumulação obscura, em escala local e nacional, é validada por um Estado corrupto, incapaz de redistribuir recursos, e suas associações com actividades empresariais. Por meio da conspiração da elite empresarial do país com empresários estrangeiros, pode-se ver que o sistema está alimentando não apenas o mercado dominante normal e seus produtos, mas também uma economia baseada no crime, violência e feitiçaria predatória (Bertelsen 2016:223). Carlos Castel-Branco (2013: 81-93), analisando as diferenças entre

a “economia extractiva” e a “indústria extractiva”, destacou a necessidade de reflexão sobre a acumulação de capital em Moçambique. A economia extractiva em Moçambique centra-se na satisfação da procura externa mundial para acumular capital, ao mesmo tempo que cria classes capitalistas domésticas sem construir capacidade económica para satisfazer as necessidades internas e gerir a industrialização produtiva e competitiva.

Em Montepuez, um distrito localizado no norte de Moçambique, a descoberta de rubis em 2009 desencadeou uma “corrida ao rubi”, o que explica o que tem sido descrito como a versão moçambicana do Velho Oeste (Valoi, 2016). Milhares de mineiros e traficantes de pedras preciosas migraram para a região em busca de fortuna. Durante a pesquisa da região norte em 2018, vários interlocutores referiram que as “pessoas desaparecem nas minas de Namanhumbir”. Dizia-se que, mineiros artesanais nas minas de rubi Namanhumbir, propriedade conjunta da Gemfields do Reino Unido e ex-gerais ligados ao partido no poder, eram enterrados vivos. Segundo os nossos interlocutores, o fluxo de entrada de pessoas e dinheiro por causa dos minérios desencadeou um contexto de criminalidade, promiscuidade e violação dos direitos humanos. Adolescentes fugiram das suas aldeias para as zonas de exploração na perspectiva de lograrem mudar de vida.

“Uma menina aqui é ouro para vender”, dizia-nos uma jovem da escola secundária de Montepuez. “É uma espécie de tráfico voluntário”, dizia outra interlocutora da acção social. Segundo a mesma, “a partir dos 14 anos as meninas são casadas. Alguém estuda a família daquela menina, percebe que os pais estão interessados no dinheiro e faz a proposta de levar aquela filha. A menina acaba aceitando, mas em vez de estar na casa que ela sonhava, vai se encontrar com outras para a prostituição”.

Moçambique é o décimo país com a prevalência mais elevada de casamentos prematuros. De acordo com o IDS (2011) 14% das mulheres entre os 20 e 24 anos de idade casaram antes dos 15 anos e 48% antes dos 18 anos de idade. As famílias mais pobres, que vivem nas zonas rurais e nas regiões norte e centro do país apresentavam uma maior tendência para a prática de casamentos prematuros. Das raparigas que se casaram antes dos 18 anos, a província de Nampula registou 62%, seguida de Cabo Delgado com 61%, e Niassa com 56%. Em números absolutos, Nampula constituiu a província com mais jovens casadas antes dos 15 anos.

Por outro lado, neste contexto de pobreza, desigualdade e expectativas frustradas, os jovens desempregados acabam por se encontrar numa posição em que são incapazes de alcançar a idade adulta (Honwana, 2012) e podem se tornar recrutas fáceis para milícias armadas (Pirio, Pittelli e Adam, 2018). Apesar do aumento do investimento na região Norte, em particular em Cabo Delgado, a realidade é que, localmente, existe a convicção de que pouco foi feito a favor da população local (Maquenzi e Feijó, 2019).

## Conflitos, guerra e deslocamentos

Desde 2012 confrontos entre a Renamo e as forças do governo, concentrados nas quatro províncias centrais da Zambézia, Sofala, Tete e Manica, resultaram no deslocamento significativo da população, assim como a interrupção no transporte de produtos de importação e exportação devido aos frequentes ataques nas principais estradas. Por outro lado, a província de Cabo Delgado tem sido palco de escalada de violência que começou em Outubro de 2017 com o ataque de um grupo islâmico militante em vários postos da polícia, afectando funcionários do governo e moradores da cidade de Mocímboa da Praia, que depois se espalharam para outros distritos da província. Um estudo realizado no final de 2016 e início de 2017 já havia dado algumas evidências da actividade militante islâmica no norte de Moçambique, incluindo o incêndio criminoso de um local de culto cristão em Mocímboa da Praia (Swiss Peace, 2017 em Weimer, 2018: 27). A persistência e o agravamento da tensão e da violência na região ocorrem num cenário de forte investimento e presença internacional, além de expectativas crescentes, mas também de pobreza e assimetrias sociais crescentes (Maquenzi e Feijó, 2019).

Os conflitos armados aumentam a vulnerabilidade ao tráfico de diferentes maneiras. O risco é exacerbado por um maior número de pessoas numa situação desesperadora, sem acesso às necessidades básicas. Já foi amplamente reportado que as populações deslocadas à força têm sido alvo de traficantes. Em condições precárias, as pessoas que escapam dos conflitos ou perseguições podem ser mais facilmente enganadas para planos de viagens, aceitando ofertas de emprego fraudulentas (UNODC 2018).

Em 2018, conversamos com uma refugiada que tinha sido vítima de tráfico. A mesma partiu do seu país à procura de um refúgio, pois estava sendo ameaçada de morte. Percorreu um caminho difícil, todavia o seu tormento não terminou quando finalmente chegou ao Campo de Refugiados de Maratane em Nampula.

Era o ano de 2014 quando chegou ao Campo de Refugiados de Maratane em Nampula. Passou muito mal, chegando a pensar que teria sido melhor morrer nas mãos dos soldados que a perseguiam. Em 2015 foi abordada por um senhor, seu conterrâneo, que lhe ofereceu trabalho num patrão em Maputo. Era trabalho doméstico, mas pagava muito bem e ela teria oportunidade de procurar melhor emprego na capital, argumentou o tal senhor que a recrutava. Ela acabou aceitando na expectativa de conseguir melhorar a sua vida e seguiu viagem para Maputo. Quando chegou a Maputo foi levada para uma casa com um grande quintal e muros altos. Naquela casa vivia um casal, também seus conterrâneos, e algumas crianças. No primeiro dia o patrão ficou com o seu telefone e a partir daquele momento ela nunca mais saiu daquela casa ou ligou para alguém sem ele estar por perto a ouvir a chamada. Ficou um ano em cativeiro, realizando trabalhos forçados, sem receber um tostão. A senhora da casa saía de manhã e ela era chamada para o quarto do patrão para manter relações sexuais com ele. Depois de um ano naquele sofrimento, por milagre de Deus conforme diz, o patrão mandou-a ir comprar alface na rua. Aproveitando aquele momento, foi pedir ajuda a um senhor ali por perto, que lhe escondeu imediatamente na sua casa. O mesmo lhe confidenciou que daquela casa nunca tinha visto saírem as mulheres

que tinham entrado antes dela. Ela deveria ter um anjo da guarda muito forte por ter sobrevivido um ano naquele lugar. Aquele senhor lhe ajudou a voltar para Nampula. De volta, no campo de Maratane, procurou o homem que lhe enviou para aquele inferno sem sucesso. “Nunca mais vi aquele demónio que me enviou para Maputo”.

## Desastres naturais, epidemias e pandemias

O ciclone *Idai* atingiu a região do centro de Moçambique a 14 de Março de 2019, causando enormes danos, incluindo extensas perdas humanas nas províncias de Sofala, Manica, Tete, Zambézia e Inhambane. A província de Sofala foi a mais afectada pela tempestade devastadora. Os danos e as perdas afectaram desproporcionalmente os bairros mais pobres, aumentando uma vulnerabilidade social, económica e ambiental já crítica. Pouco depois, a 25 de Abril de 2019, o ciclone Kenneth atingiu as províncias de Cabo Delgado e Nampula, no norte de Moçambique.

O país é particularmente vulnerável a desastres naturais (inundações e secas), mas o impacto negativo das mudanças climáticas é actualmente uma dura realidade para os moçambicanos que enfrentam a crescente ocorrência de eventos climáticos extremos devastadores. De facto, a frequência e o impacto, das calamidades naturais estão a ser agravadas pelas mudanças climáticas. O resultado é que muitas pessoas estão em risco de perder os seus meios de subsistência, aumentando a sua vulnerabilidade. Num contexto de pobreza acentuada, a capacidade dos agregados familiares de se prepararem, responderem e recuperarem de choques ambientais é muito limitada.

São múltiplas e concomitantes as vulnerabilidades com que vivem a grande maioria da população do país. Epidemias como a cólera e a malária representam um grave problema, particularmente em momentos de maior precariedade como após calamidades naturais. Os indicadores de saúde para Moçambique descrevem uma situação desafiadora, sendo que as doenças transmissíveis têm contribuído para as mais graves ameaças à saúde pública. A maior parte da população vive em condições precárias e com uma multiplicidade de doenças evitáveis.

Os efeitos da pandemia de Covid – 19 que se reflectem nas realidades sociais e económicas nos diferentes contextos não podem continuar a ser ignorados, com impactos a curto, médio e longo prazo. Por exemplo, o bem-estar das crianças e adolescentes está em risco de: (i) aumentar a gravidade da pobreza; (ii) redução das oportunidades de aprendizagem; (iii) barreiras à sobrevivência e à saúde; e (iv) aumento dos riscos de violência, abuso e exploração de crianças em situações precárias (UNICEF 2020).

Moçambique, um país com uma multiplicidade de desafios, o aumento da pobreza poderá agravar as dificuldades já existentes e com consequências que poderão durar mais tempo. Segundo a UNICEF 2020, “para dez milhões de crianças de Moçambique que já vivem nalgum tipo de pobreza, a COVID-19 significa uma pobreza mais extrema e prolongada e a negação dos seus direitos fundamentais”. A pobreza monetária terá um impacto directo na segurança alimentar e na nutrição, e ainda no acesso aos serviços de saúde.

# Os contornos do tráfico: uma análise comparativa

## Conhecimento sobre o fenómeno

Ao questionamento relativo ao conhecimento sobre o tráfico de órgãos e partes do corpo humano há uma relutância em se falar sobre o fenómeno. Na comunidade, as pessoas raramente admitem conhecimento directo ou experiências pessoais ligadas ao mesmo.

“Há muitos casos que se falam por aí que depois não se consegue apurar a verdade, com isso não quero dizer que o tráfico de órgãos não aconteça, mas ninguém já disse que encontramos fulano com órgão x, o que é frequente é ouvir dizer, e a coisa termina por aí (...) Já ouvi dizer que os imigrantes ilegais têm sido extraídos órgãos ao invadirem a fronteira, mas não tenho provas disso” (Líder comunitário, Maputo, 2015). “No nosso distrito nunca houve um caso registado de tráfico de órgãos, mas há alarmes” (Líder comunitário, Inhambane, 2015).

No Estudo de 2016, no Sul de Moçambique, o conhecimento que as pessoas tinham sobre o fenómeno derivava sobretudo dos meios de comunicação social (primariamente televisão, mas também jornais, rádio e redes sociais). Raramente as pessoas relatavam casos ocorridos no seu ambiente próximo, mas sim em outros contextos geográficos, por exemplo, em distritos vizinhos, outras províncias e países. Nos casos de extracção de partes do corpo mencionava-se que dificilmente são identificados os executores. Contudo, especulava-se que os médicos tradicionais utilizam estas partes do corpo para fins mágicos e de enriquecimento ilícito.

A discussão pública sobre o fenómeno ao longo do tempo (2016 – 2021) permitiu que se ampliasse o conhecimento sobre o tráfico. Contudo, diferenças no entendimento da legislação, aplicação das leis, mecanismos de referenciamento e gestão dos casos são perceptíveis entre as diferentes categorias profissionais (funcionários da justiça, da polícia, do SERNIC, entre outras).

“Embora não tenhamos casos reportados de tráfico de órgãos ou partes do corpo humano isso não significa que não ocorram, mas não chegam a nós” (Informante PGR, Maputo, 2015). Segundo um informante do Ministério da Justiça (província de Inhambane) este é um assunto escondido, com poucos casos reportados. A procuradoria tem processos, a média anual que vão até o julgamento pode ser de 3 ou 4 casos, de extracção de órgãos para fins “obscuros”. “Sabemos que no Norte, Centro, Zambézia, Manica, têm sido encontrados corpos com partes em falta. Na província da Zambézia, entre 2013 e 2014, foram registados alguns casos de tráfico de órgãos humanos em que os arguidos foram condenados com penas entre 16 e 20 anos” (Informante PGR, Maputo, 2015).

Em 2016, constatamos que a nível institucional prevalecia um silêncio em relação ao fenómeno, constituindo-se como um tabu. Informantes das áreas jurídicas, da saúde, e da polícia, refugiando-se na ausência ou número muito limitado de registo de casos efectivos, ou substanciados por registos médicos e legais, ou relatórios criminais, atribuem uma dimensão limitada ao fenómeno. Mais ainda, constatamos com frequência discursos discrepantes entre os diferentes sectores intervenientes em relação ao que constituem evidências.

No Estudo de 2021, no Centro de Moçambique, passa-se do “ouvi dizer”, do discurso da alteridade e da relutância em partilhar relatos sobre o fenómeno para narrativas e experiências vividas próximas dos interlocutores. As pessoas narraram episódios concretos que acompanharam e com evidências, tanto ao nível comunitário como ao nível das instituições.

De ressaltar a importância do papel informativo dos meios de comunicação social na divulgação de casos de tráfico para alertar a população para a ocorrência, assim como para os contornos, do fenómeno. Temos vários exemplos de como a elevada mediatização de casos levaram a sociedade civil e os decisores políticos a prestar maior atenção ao problema.

Desde as denúncias da possível existência de uma rede de tráfico de crianças em Nampula em 2004 com uma extensa cobertura mediática, o tema do tráfico de pessoas em Moçambique ganhou maior visibilidade. Vários casos foram relatados de raparigas moçambicanas sendo traficadas para exploração sexual fora do país - o “caso Diana”, por exemplo, recebeu grande cobertura. Aldina dos Santos, mais conhecida como “Diana” acabou por ser condenada à prisão perpétua depois de ser considerada culpada de tráfico de três raparigas de Moçambique para a África do Sul para prostituição forçada em 2008.

## Ricos e vulneráveis

No Estudo do Sul, em 2016, observamos que as pessoas procuravam explicações para tanta riqueza. Se alguém não trabalha, não consegue escrever, como é que obteve tanta riqueza? Esta inquietação pode estar relacionada com a dificuldade de compreender como certas pessoas conseguem alcançar determinados níveis de riqueza sem que seja visível que os meios de vida obtidos estão relacionados com o que se produz, com o trabalho realizado, ou certas capacidades e conhecimentos. O enriquecimento rápido e numa escala para além dos parâmetros que consideram “usual”, carece de explicação racional. Só a magia ou poderes sobrenaturais, providenciam um quadro no qual lhes é possível compreender estes factos.



Jornal da noite de 05 de Janeiro de 2021

No estudo realizado na região sul de Moçambique salientava-se que o fenómeno do tráfico de partes do corpo humano remete para uma dimensão cosmológica que inclui os discursos da feitiçaria como força niveladora das tensões sociais, derivantes das disparidades entre ricos e pobres (Mariano et al., 2016:63).

Igualmente no Estudo do Norte, em 2018, os nossos interlocutores narraram situações de comerciantes que “estragaram” os próprios filhos para ter sucessos no negócio, ou filhos que destruíram os olhos das mães para ver melhor as pedras (no caso de garimpeiros). Numa situação em que as pessoas estão bem na vida, por vezes, há a interpretação de que foi necessário sacrificar alguém na família para conseguir aquela riqueza. Esse familiar, que pode ser um sobrinho ou o próprio filho, são sacrificados com a sua vida ou com a sua saúde mental. De acordo com um interlocutor líder religioso com quem conversamos no âmbito do Estudo do Centro, “se a condição é para extrair algum órgão, não importa se é da família. Quando é alguém da família mata-se ou põe-se a pessoa maluca” (província de Tete, 2021).

São vários os autores que documentam a importância da feitiçaria como uma teoria interpretativa dos fenómenos sociais e das desigualdades económicas (Geschiere, 1997; White, 1997; Comaroff e Comaroff, 1999; Labuschagne, 2004; Meneses, 2008). A antropologia compreende as manifestações de feitiçaria como sistema de organização das relações sociais e de resolução de conflitos nos mais diversos níveis, mas também como uma linguagem que expressa relações de poder e assimetrias sociais.

De facto, no contexto da África pós-colonial tendem a verificar-se diferenças gritantes entre a riqueza e a pobreza. De acordo com alguns interlocutores, as pessoas envolvidas no tráfico de órgãos são pessoas ricas e com maior facilidade e possibilidades para se envolverem nestes actos. No Estudo do Centro, um activista social relatou-nos um caso que ele tinha acompanhado de um sujeito que, após ser encontrado em casa com partes do corpo de uma criança numa geleira, conseguiu corromper os polícias e a própria mãe da vítima. À mãe pagou 1 milhão de meticais e aos polícias 500 mil. “Este negócio envolve muito dinheiro... Foram sacos e sacos de dinheiro encontrados numa casa” (Activista social, província de Tete, Janeiro 2021).

Os diferentes Estudos evidenciaram que existem vários actores envolvidos, desde indivíduos de grandes posses, capazes de anular qualquer tentativa de repressão jurídica e policial através da oferta de benefícios materiais, a pessoas pouco informadas, de classe social baixa e altamente influenciados pelos curandeiros. Constatou-se, principalmente nos estudos da região norte e centro, que ocorre uma frequente manipulação das camadas mais vulneráveis como executores.

Os executores, são, na sua maioria, indivíduos jovens do sexo masculino, que vivem em situações de extrema pobreza. Segundo um interlocutor da justiça, são pessoas desocupadas, desempregadas, que na maior parte das vezes não têm nenhuma fonte de rendimento. São pessoas desinformadas, ingénuas, e muito fáceis de enganar. “Aparece alguém dizendo: vou te dar 5000 meticais pela cabeça de uma pessoa. Só por 5000 meticais ele pode fazer. Esse é o executor” (Nampula, 2018).

Em 2018, entrevistamos um dos reclusos no caso de Topuito, do distrito de Moma, província de Nampula. Um jovem de 28 anos, pela primeira vez preso, e condenado a 40 anos. Entrou na Penitenciária Regional de Nampula em Setembro de 2015. “Eu nunca pensei fazer mal a ninguém”, foi a primeira frase que o recluso fez quando iniciamos a entrevista. Foi um amigo que lhe convenceu. Ele só sabia que era “assunto de dinheiro” - prometeram-lhe 10.000 meticais. O tal amigo explicou-lhe que o “patrão” só queria para tirar unhas e cabelo. O recluso afirma que não sabia que era para matar. Ele foi envolvido porque conhecia a vítima, um homem albino que vivia no mesmo bairro. Conforme conta o recluso, o amigo que lhe convidou para participar deste crime fugiu com os outros que vieram de um outro distrito para fazer o “trabalho” (referindo-se ao esquartejamento da vítima). Quando questionado sobre a função daqueles ossos que retiraram do corpo, o recluso respondeu que não sabia, pois quem tinha contacto com a pessoa que encomendou eram os outros que fugiram. Nenhum dos indivíduos que foram presos por este crime receberam algum dinheiro. Só depois do trabalho correr bem é que o “patrão” haveria de pagar. “Estou a passar mal hoje por causa de amigos. Me convenceu o dinheiro. Quando ouvi dizer que vão tirar valor de 10.000, e eu com minha vida difícil, sou camponês... daí apaixonei-me por aquele valor”.

## Mulheres, adolescentes e crianças

As pesquisas realizadas a nível mundial confirmam que a maioria das vítimas de tráfico de pessoas registadas são mulheres, adolescentes e crianças. O próprio Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, dá especial destaque às mulheres e crianças.

Para além dos inúmeros casos reportados de jovens moçambicanas traficadas para fins de exploração sexual fora do país - de referir o “Caso Diana” que em 2011 foi objecto de intensa mediatização - ouvimos relatos que estrangeiras, nomeadamente Tanzanianas e Malawianas, poderão estar a ser usadas em esquemas de exploração sexual em território nacional. No âmbito do Estudo do Norte, em 2018, foi relatado o caso de quinze mulheres, dos 18 aos 35 anos de idade, que foram prometidas trabalho de faxineira e a possibilidade de aprofundar os estudos do Alcorão na Arábia Saudita, mas tudo indicava que o fim era o tráfico para exploração sexual. Ninguém desconfiou e a negociação foi pacífica, uma vez que no grupo estavam familiares dos próprios recrutadores. As mulheres, recrutadas no distrito de Nacala-Porto, na província de Nampula, foram descobertas na cidade de Pemba, na província de Cabo Delgado. A denúncia foi feita pelos moradores do bairro de Natite, onde elas se encontravam retidas numa casa.

Embora as raparigas sejam mais frequentemente sujeitas ao tráfico interno, vinculado ao trabalho doméstico ou à exploração sexual, têm sido registados casos envolvendo jovens pescadores com suspeitas de tráfico para trabalhos forçados. Alguns informantes chamaram à atenção para uma actividade que se tem verificado a nível do centro e norte do país que carece de maiores esclarecimentos. A mesma diz respeito a pescadores, jovens entre os 15 a 25 anos, que são recrutados em Sofala ou Zambézia com o intuito de que é para a pesca.

As assimetrias de poder nas relações de género em Moçambique têm um impacto negativo na vida das raparigas de várias maneiras, isto é, aumentando a demanda em responsabilidades familiares, domésticas e sociais, incluindo uniões prematuras e gravidez na adolescência. A poligamia e as relações/uniões prematuras são práticas difusas, e constituem os principais desafios contra a violência de género nas áreas rurais do centro e norte de Moçambique, nomeadamente nas províncias de Manica, Sofala, Zambézia, Tete e Cabo Delgado. Tem sido reportado que os pais forçam as suas filhas a se casar em tenra idade (ONU Mulheres, 2016).

Uma interlocutora, no âmbito do Estudo do Norte em 2018, argumentava que subjacente aos casamentos forçados há o tráfico. O casamento forçado pode ser entendido como uma forma de tráfico de seres humanos se contiver uma vertente de exploração da vítima. A exploração pode ser sexual (violação conjugal, prostituição forçada e pornografia) ou económica (trabalho doméstico e mendicidade forçada) e o casamento forçado pode ser o objectivo final do tráfico (venda de uma vítima como esposa). Algumas meninas são levadas nesse âmbito de casamento e nunca mais há notícias delas. Foi relatado o caso de uma senhora que tentava localizar a filha há mais de um ano sem sucessos. A menina casou com um Tanzaniano que a levou. “Eu chamo de rapto legal”, contestou a funcionária da acção social. “É uma situação corrente e quando, como agente social, se tenta intervir a família não aceita argumentando que nós estamos a estragar o futuro daquela menina” (província de Cabo Delgado, 2018).

Recentemente, a Assembleia da República deu um passo significativo para acabar com o “casamento prematuro”, adoptando uma lei que proíbe a prática - Lei de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras (Lei nº 19/2019). Não obstante, ainda existem obstáculos à sua concretização. A violência baseada no género é muito frequente no contexto do estudo. “Violadores de menores de 9, 10, 11 anos de idade ocorrem com frequência; por mês temos em média 4 casos” (funcionário do SERNIC, Zambézia, Janeiro 2021).

Segundo os nossos interlocutores, tanto na província da Zambézia como na província de Sofala, principalmente as adolescentes dos 12 anos em diante sofrem muita violência no contexto familiar, nomeadamente, sendo obrigadas a casar ou a ficar em casa a tomar conta dos irmãos mais novos. A união prematura em muitas localidades da província de Sofala é prática difusa. “Homens de mais de 60 anos, compram raparigas muito novas de 10 anos antes da menstruação” (província de Sofala, 2021).

Na província da Zambézia, perante as intervenções das instituições contra as uniões prematuras, os pais levam ou induzem as menores a unirem-se maritalmente em outros lugares onde não as conhecem. O trabalho das instituições é dificultado porque num contexto de extrema pobreza, as meninas representam uma fonte de rendimento para os pais.

De acordo com a UNICEF, cerca de 1,2 milhões de crianças em Moçambique estão fora da escola. Na tentativa de escapar à pobreza, abuso e violência, sentidas nos seus locais de origem, as crianças e jovens procuram uma saída. “É muito fácil encontrar crianças na estrada a pedir emprego”, referiu um interlocutor (província de Cabo Delgado, 2018). De acordo com dados recolhidos na província da Zambézia, em 2020 houveram dois processos de pessoas levadas

na via pública e 8 processos de manifestação de intenção. Também na província de Manica, nossos interlocutores referiram que sempre que se fala de tráfico de pessoas, geralmente o mesmo envolve menores. “Desapareciam muitas crianças na zona de Messica e Machipanda, todas no Distrito de Manica e, sempre envolvia esta senhora. Graças à população, esta senhora foi detida” (líder religioso, Manica, Janeiro 2021).

Nos distritos onde se fez o Estudo do Centro, grande parte dos informantes reportaram casos de crianças que desapareceram ou foram usadas para exploração laboral. Crianças, jovens e adolescentes saem dos vários distritos de Zambézia, Sofala e Tete (Dondo, Mafambisse, Nhamatanda, Gorongosa, Caia, Marromeu, etc.) para a cidade da Beira, para diferentes fins de exploração. Relataram frequentemente em Sofala crianças que apanhavam o comboio em vários distritos com destino à cidade da Beira. Geralmente estas crianças viajavam sozinhas ou eram acompanhadas pelos irmãos também menores, e muitas vezes eram levadas para a Praia Nova (na cidade da Beira) para serem usadas na prostituição ou ficavam na rua a mendigar.

De facto, o grau de vulnerabilidade que existe em muitas partes mais isoladas do país, propicia as acções dos traficantes no recrutamento das crianças. No Estudo do Sul já tínhamos notado que o tráfico transfronteiriço de crianças é também uma realidade no país. Na fronteira com a África do Sul em Ressano Garcia podem observar-se grupos de crianças passarem desacompanhadas ou acompanhadas por adultos que as crianças parecem não conhecer. “As pessoas desaparecem! Não existe um distrito em que não tenha sido reportado casos de pessoas que foram para a África do Sul e nunca mais voltaram” (Activista, Maputo, 2015). “É muito frequente que os familiares não mantenham contacto com as pessoas que saem supostamente para trabalhar ou estudar na África do Sul. Portanto, mesmo que seja uma criança ou um jovem, podem ficar um ano sem falar, mas não se preocupam, pensando que está bem lá na África do Sul” (Jornalista, Maputo, 2015). De notar que no mês de Abril do corrente ano foi noticiado o repatriamento de 14 crianças da província de Manica que tinham sido traficadas entre 2017 e 2018 para o Zimbábue.



Jornal da noite de 29 de Abril de 2021

Com o estudo realizado no Sul de Moçambique, observamos a existência de perseguição das pessoas com albinismo através de notícias, enquanto, nos estudos mais recentes de 2018 e 2021 no Norte e no Centro, respectivamente, já se apresentam casos concretos e partilhados pelos nossos interlocutores. Tem sido amplamente relatado e documentado em diversos contextos, que pessoas com albinismo são “atacadas” devido a mitos perigosos como a crença de que partes do seu corpo, quando usadas em rituais, poções ou amuletos, trazem riqueza, boa sorte e sucesso político.

Funcionários do Ministério da Justiça, ao nível da província da Zambézia, relataram que lidam mais com casos de tráfico de partes do corpo do que com o tráfico de pessoas. Segundo os mesmos, 98% dos casos são de pessoas com albinismo, em que 2019 foi o ano de pico, com 12 processos julgados. Na província de Nampula, entre 2015 e 2016 houve pelo menos 11 processos relacionados com o tráfico de pessoas com albinismo, dos quais 4 resultaram em condenações com penas entre os 2 e os 16 anos (segundo dados da procuradoria). De acordo com vários informantes da justiça, nas três províncias do Norte, os casos registados diminuíram bastante no ano 2017 e primeiro semestre de 2018. Contudo, alguns informantes alertam para o facto de ocorrerem casos que acabam não sendo registados pelas autoridades, principalmente nos distritos e zonas rurais. Por outro lado, a vandalização de campas e detenção de pessoas na posse de ossadas humanas continua a ser registada com alguma frequência.

“Os ossos que funcionam como um íman que atrai dizem ser os das pessoas com albinismo” (província de Tete, Janeiro 2021).

Na região centro e norte a prática de exumação de ossadas de pessoas com albinismo é muito frequente. Em 2019 na província de Sofala, distrito de Nhamatanda, enterraram uma criança e, no dia seguinte, o corpo já não estava lá. As pessoas dizem acreditar que os ossos são levados para o Malawi para fins de “curandeirismo”, para fazer “droga” para as pessoas enriquecerem. No mesmo ano, na província da Zambézia, houve um caso organizado por um grupo de jovens, naturais de Macúzi, distrito de Namacurra, que foram interpelados pela PRM com ossadas (pernas e braços humanos) exumadas uma semana após a morte por doença de um jovem com albinismo.

A problemática de vandalização das campas na busca de ossos humanos é concreta e frequente na província de Niassa. Foi relatado um caso extremo, de atropelamento de um grupo de crianças, que resultou na morte de duas crianças albinas. Acidente mortal que tinha como finalidade a extracção dos ossos a partir da vandalização das sepulturas destas crianças. As pessoas dizem que este fenómeno está vinculado aos curandeiros do vizinho Malawi, que potenciam muito esse negócio de ossos humanos. Fala-se que os que têm negócios de moagem precisam dos ossos humanos para alimentar as suas indústrias.

# Extracção de órgãos e partes do corpo humano

“É um trauma inultrapassável” expôs um dos nossos interlocutores da área da saúde relativamente a um caso chocante de uma criança do sexo masculino de cinco anos, que sobreviveu a uma mutilação brutal dos seus órgãos genitais, em finais de 2019. Este caso aconteceu na cidade de Tete. Depois de um tratamento médico, mas não adequado, a criança necessitou de outras intervenções cirúrgicas para a funcionalidade biológica do sistema urinário e de reconstrução dos órgãos genitais para lhe devolver alguma dignidade. “Ficou sem nada. testículos, escroto, pénis”, disse o nosso interlocutor. A criança está a ser acompanhada em Maputo por uma equipa médica resultante de uma acção de solidariedade.

No primeiro Estudo do Sul, entrevistamos a mãe de um menor de 10 anos de idade que foi assassinado em 2006 e a quem extraíram partes do corpo, que foi encontrado na margem do rio Tsatsimbe sem cabeça, coração, fígado, pénis e testículos. Antes do Estudo da CEMIRDE, a Liga dos Direitos Humanos de Moçambique já tinha acompanhado vários casos de mutilações no país, com especial atenção para as crianças que são vítimas preferenciais deste crime hediondo.

No Estudo do Centro, particularmente na província de Sofala, foi-nos relatado que a maior parte das vítimas deste crime eram os *txopelistas* (condutores de mototáxi), pela vulnerabilidade destes em função do trabalho que fazem. Um dos nossos interlocutores descreveu um caso que acompanhou de um jovem txopelista ao qual três indivíduos cortaram-lhe o pénis e os testículos com uma navalha num lugar ermo.

Segundo o nosso interlocutor, o rapaz, de vinte e quatro anos de idade, sobreviveu, mas está traumatizado. Um dos agressores foi condenado e teria que pagar uma indemnização, mas o mesmo nem tem condições para pagar os custos do Tribunal.

Na província de Tete conversámos com um jovem de vinte e sete anos de idade a quem extraíram os órgãos genitais no ano passado (2020). Ele contou que estava a fabricar blocos e, por volta das 20 horas, foi cercado por umas pessoas que lhe bateram com tanta força na cabeça que o fez desmaiar. Foi quando lhe cortaram os órgãos genitais e o atiraram para uma machamba. Quando ele começou a gemer, algumas pessoas ouviram e foram acudi-lo. Para além do trauma que este acto violento causou, actualmente este jovem tem problemas urinários que necessitam de uma intervenção cirúrgica.

Segundo alguns interlocutores, o órgão genital masculino é um dos preferidos devido à crença em volta dele. As pessoas acreditam que o órgão masculino, mais ainda se for de uma pessoa jovem ou de uma criança, tem maior potencial de garantir riqueza e bem-estar social, assim como proteger o negócio e aumentar a virilidade. A crença é que por ser um aparelho reprodutor, responsável por “criar vidas”, o mesmo pode garantir a continuidade do negócio e a multiplicação da riqueza. De acordo com um médico tradicional por nós entrevistado, quanto mais a capacidade de reprodução do órgão masculino, maior é a possibilidade de garantir riqueza.

“Dizem que o bebé ainda tem muito para dar. Se se trata com o órgão daquele bebé, tem mais anos de fortuna. A pessoa adulta já não tem muito para dar. À medida que a pessoa cresce, a fortuna também vai aumentando” (líder de organização da sociedade civil, província de Sofala, Fevereiro 2021). “Quando é criança, tens mais anos dotado de bolsos cheios. Já com um adulto a durabilidade é de um ou dois anos” (ativista social, província de Tete, Janeiro 2021). Estabelece-se uma relação simbólica/analógica entre o crescimento da criança e o crescimento da riqueza, ou seja, o tempo em que o tratamento pode durar.

Em diferentes culturas, não somente em Moçambique, as acções dos indivíduos são baseadas em relações analógicas. O antropólogo Stanley Tambiah, faz referência a certos tipos de analogias para ressaltar a estrutura interna dos actos rituais, assim como vincular a analogia ao tema da eficácia simbólica (Tambiah 1985: 64-73).

O simbolismo das diferentes partes do corpo é usado nos tratamentos para o enriquecimento, prosperidade e produtividade. Acredita-se que os olhos, assim como as mãos, estão relacionados com o dinheiro e a fortuna; unhas e olhos no tratamento das redes de pesca; e os órgãos genitais dos rapazes no tratamento da impotência sexual masculina e enriquecimento. “Os órgãos genitais masculinos são os mais procurados. Parece que é lá onde está o milagre” (Jurista, Inhambane, 2015).

O poder dos medicamentos preparados à base de partes do corpo humano advém precisamente do facto de serem feitos a partir de tecido humano, que são considerados mais poderosos do que os habituais ingredientes pelo médico tradicional porque contêm a “essência da vida” da pessoa (White, 1997:329; Labuschagne, 2004).

Os curandeiros são apontados como os maiores incitadores de extracção de partes do corpo humano. Com frequência as pessoas associam o uso de órgãos humanos à feitiçaria e os médicos tradicionais esquivam-se dessas insinuações e acusações de feitiçaria, dizendo que se inspiram e seguem as instruções dos espíritos para intervenções benéficas.

“Na medicina tradicional se esconde muita coisa, mas na realidade o papel do médico tradicional é curar fazendo recurso ao poder dos espíritos, usando plantas e animais. Nenhum curandeiro está autorizado pelos seus espíritos a fazer uso de órgãos humanos, pois o contacto com partes do corpo humano sem vida interfere na relação com os espíritos e as práticas de cura” (Médico tradicional, Maputo, 2015).

A prática da medicina tradicional é vista como algo natural e individualizada porque engloba indivíduos de diferentes culturas, maneiras de agir e pensar, incluindo uma multiplicidade de espíritos. Os feiticeiros, ao contrário, para além de desenvolverem práticas destruidoras invisíveis que representam um risco para as comunidades, são eles próprios considerados invisíveis, razão pela qual não são facilmente identificados.

# Migração irregular

A fronteira entre o tráfico de pessoas e a migração irregular é muito ténue. Reiteramos o perfil de Moçambique como destino e ponto de trânsito de migrantes ilegais que se intercala com o tráfico de pessoas.

Existem registos de refugiados como vítimas e perpetradores de tráfico de seres humanos para a África do Sul, enquanto Moçambique foi identificado principalmente como um país de trânsito para o movimento destes cidadãos de outras partes de África (UNESCO, 2006; IOM, 2009). A maioria dos casos registados são de etíopes e somalis, entrando pela província de Cabo Delgado, normalmente em trânsito para a África do Sul. No entanto, há recentemente fluxos crescentes de migrações irregulares da Ásia, especialmente Paquistão e Bangladesh. Mortes, desaparecimentos, sequestros e violência sexual foram amplamente relatados por migrantes durante as viagens. O relatório da IOM sobre o movimento irregular de homens da África Oriental e do Corno de África para a África do Sul recolheu uma série de testemunhos trágicos de etíopes e somalis contrabandeados na sua passagem para a África do Sul através de Moçambique (Horwood, 2009, pp. 66-73).



Jornal da noite 2 de Maio de 2021

Em 2016, no decurso do Estudo do Sul, algumas pessoas com posição de chefia nas instituições com quem conversamos, manifestaram as suas preocupações com a migração, principalmente tentativas de migração ilegal na Ponte do Rio Save. “Como o controle é bastante cerrado na ponte, outros tentam entrar pelas florestas e sair nos machibombos que partem de noite para Maputo” afirmou um dos nossos interlocutores. Muitos dos migrantes são de origem Malauiana e Somali, com o objectivo de chegar à África do Sul. A polícia dá conta de casos de trânsito de migrantes em condições desumanas, transportados “como animais” em contentores sem as mínimas condições de segurança e higiene.

Mais contundentemente no Estudo do Norte, em 2018, e do Centro, em 2021, foram registados casos de suspeita de tráfico interligado com o contrabando de migrantes.

No dia 24 de Abril de 2018 foram encontrados, numa ilha perto da cidade de Pemba, um grupo de 50 migrantes em situação irregular. Eram 3 somalianos e 47 etíopes, todos do sexo masculino. Tinham entre 15 a 32 anos de idade e todos gozavam de boas condições de saúde. Segundo uma interlocutora que acompanhou o caso, os mesmos saíram da Etiópia no mês de Outubro do ano anterior (2017), percorrendo grande parte do caminho via terrestre, caminhando, e em alguns momentos via marítima, de barco. Entraram em Moçambique por Palma e estavam no processo de seguir de barco até Nacala quando foram interceptados. Os jovens tinham sido recrutados com promessas de trabalho na África do Sul. Apenas 9 migrantes etíopes tinham passaporte. Havia indícios de se tratar de um caso de tráfico.

Em 2020 dá-se o caso dramático dos 78 imigrantes ilegais encontrados no contentor de um camião em Moatize, na província de Tete, dos quais 64 já sem vida. Um dos nossos informantes da justiça que acompanhou o caso referiu que os jovens tinham sido recrutados na Etiópia por pessoas que estão na África do Sul, passando via Malawi, mas não foi possível averiguar a finalidade. Pensa-se que existia intenção de tráfico para exploração laboral, mas não tendo como provar, os envolvidos foram condenados por auxílio de imigração ilegal.

De acordo com um dos nossos interlocutores dos Serviços de Migração (província de Sofala, 2021), os estrangeiros são provenientes da região da Ásia, nomeadamente cidadãos do Paquistão e Bangladesh, e Africanos, provenientes da Somália, Etiópia, Malawi e Tanzânia. Homens e mulheres dizem que vão para a África do Sul com promessas de trabalho, mas muitos acabam por entrar na rede da escravatura nas plantações de cana-de-açúcar, tabaco, e por aí fora. Geralmente, estas pessoas não sabem ler nem escrever, nem têm uma profissão. Segundo o nosso interlocutor, os que mais sofrem são os paquistaneses que muitas vezes venderam tudo o que tinham no campo para entregar ao recrutador. Suspeita-se ainda que alguns migrantes somalianos e etíopes sejam inseridos em comunidades muçulmanas para estudar e servirem como potenciais terroristas.



Jornal da noite de 31 de Março de 2021

A partir do Estudo do Centro, confirmou-se que Moçambique e Malawi são “grandes corredores” por haver pouco controle e muita corrupção. Uma das entradas principais na região do Centro é em Angónia, nomeadamente, através da fronteira de Calomué. Por sua vez, a província de Manica, com uma fronteira muito extensa, abrangendo os países Zimbabué e África do Sul, torna-se também um corredor usado para a entrada e saída de pessoas e de bens de forma ilegal.

No Estudo do Norte constatamos que Cabo Delgado também era um ponto estratégico de entrada pela fragilidade das fronteiras com a Tanzânia (Palma, Namoto e Negomano). Em 2016, no distrito de Macomia, um camião que seguia em direcção a Pemba despistou-se. O mesmo transportava cerca de 60 etíopes de forma ilegal, que tinham como destino a África do Sul. Todos os seus documentos estavam nas mãos de um dos mortos, o ajudante do motorista.

## Os contornos do tráfico

“Os mandantes de extracção de órgãos humanos são indivíduos invisíveis porque são pessoas que estão ao lado de governantes e até de polícias (Líder religioso, Gaza, 2015). No Estudo do Sul observamos que as pessoas tinham a percepção que estávamos perante uma rede em que geralmente não se conhece o último beneficiário. Os traficantes são contratados por gente de alta individualidade e com posses, envolvendo-se nesta actividade em troca de dinheiro.

No Estudo do Norte pudemos confirmar esta concepção quando entrevistamos jovens condenados pela execução destes crimes, que tinham sido eles próprios contratados por intermediários. De acordo com alguns dos nossos interlocutores, as redes de tráfico de pessoas são complexas e transnacionais, compostas por sindicatos criminosos organizados, tal como as redes de tráfico de droga. Quem é “apanhado” é sempre o trabalhador e nunca se conhece o patrão. “Há vários intermediários. Aquele que comete o crime vai receber uma ninharia e é o que vai ser apanhado”.

No Estudo do Sul, as mulheres também são apontadas como sendo envolvidas no tráfico porque se tende a desconfiar menos delas do que dos homens, numa interessante associação aos estereótipos de género vigentes. O envolvimento dos familiares das vítimas é recorrente. Os amigos ou familiares das vítimas são frequentemente procurados e aliciados pelos traficantes para facilitar o crime. Por um lado, estes familiares podem estar a agir de boa fé acreditando que estão a ajudar a pessoa a adquirir melhores condições de vida. Por outro, podem encarar o sacrifício daquela pessoa como uma solução para melhorar as suas próprias vidas.

Tem sido bastante reportado que as propostas feitas às famílias para levar as crianças ou jovens a prosseguir os estudos é uma das estratégias de fraude ou engano predilecta dos criminosos. Em diferentes momentos, a PRM registou casos de crianças, transportadas em camiões ou machimbombos, da zona Norte do país em direcção a Maputo, onde iriam frequentar as mardrassas. Segundo alguns dos nossos informantes, os traficantes usam a fragilidade de religião muçulmana para aliciar as vítimas.

No Estudo do Norte, um dos nossos interlocutores do Ministério da Justiça e Assuntos Religiosos, mostrou-se preocupado com o recente surgimento de grupos armados identificados como pertencentes ao Al Shabab na região de Mocimboa da Praia. “Nestas madrassas não ensinam nada a não ser religião. Tem muitas crianças que estão a estudar apenas o Alcorão e estão a aprender árabe como língua. Não têm escola formal. Vêm de muitos pontos da província para Pemba. Uns dizem que vão voltar para as suas zonas e evangelizar lá os outros” (província de Cabo Delgado, 2018).

“No nosso país existe tráfico de muitas coisas”, expôs um aluno da escola secundária em Montepuez. No contexto Africano, Moçambique situa-se na 20ª posição no conjunto de países do continente considerados mais corruptos (CIP et al. 2016). O aeroporto de Pemba é visto como um portão de entrada, onde se introduzem pessoas para receber os “ilegais”, e os responsáveis por controlar estão envolvidos. “O nível de corrupção atingiu níveis incontroláveis. Aqui consegue-se legalizar o ilegal”, dizia um interlocutor da sociedade civil (província de Cabo Delgado, 2018).

No Estudo do Centro, na província de Tete, a fronteira de Calómue, em Angónia, sempre registou muita movimentação de saída e entrada de mercadorias, particularmente do e para o Norte do Malawi. Por outro lado, a fronteira de Biri Biri em Tsangano, pelas suas evidentes fragilidades no que diz respeito às características físicas da fronteira e ao nível dos recursos humanos, é um ponto muito fácil de entrada e saída. De facto, a província de Tete já foi identificada como um corredor de “ilegais”, com particular ênfase para o distrito de Moatize. Os imigrantes ilegais são frequentemente detectados nas operações de controlo, tal como aconteceu no mês de Março do ano passado (2020) com os migrantes etíopes encontrados sem vida no contentor de um camião numa operação de controlo de peso em Mussacama, no distrito de Moatize.



Fronteira no distrito de Tsangano, província de Tete

Os países de trânsito, para além de se encontrarem convenientemente na rota, são caracterizados por sistemas de controlo menos eficientes ou mais facilmente corrompidos. As fragilidades das estruturas estatais e a corrupção contribuem para um ambiente favorável a organizações criminosas e ampliam o tráfico.

# Políticas, leis e estratégias de gestão

O Relatório Global sobre Tráfico de Pessoas (UNODC 2018) refere que apesar de alguns progressos, a impunidade ainda prevalece em muitas partes do mundo, principalmente na África Subsariana.

Existem progressos que o governo de Moçambique realizou com vista a prevenir e combater o tráfico de pessoas e de órgãos humanos. Até 2009 as instituições públicas não tinham muitos meios nem recursos humanos capazes de entender e lidar com o fenómeno. A tendência era de não reconhecer a existência do fenómeno. Desde 2015 há um novo código penal que pela primeira vez pune a posse, transporte e tráfico de órgãos humanos, incluindo partes do corpo humano. Na lei 6/2008 estava previsto o tráfico de órgãos, mas apenas associado ao tráfico de pessoas. No mesmo ano (2015) para além da aprovação do novo código penal, foi criado o Grupo de Referência Nacional de Protecção à Criança e Combate ao Tráfico de Pessoas, um grupo de trabalho que junta entidades do Governo e da sociedade civil, com o objectivo de "fortalecer a prevenção, repressão, apoio, assistência e reintegração das vítimas de tráfico de pessoas", e ainda, unir esforços para produzir reformas legislativas. O grupo é coordenado pela Procuradoria-Geral da República, com a participação de vários ministérios, serviços de migração e alfândegas, órgãos da comunicação social e entidades da sociedade civil moçambicana e internacional.

De facto, a Procuradoria tem vindo a realizar "palestras" nas comunidades e a colaborar com os líderes comunitários na divulgação de informações pertinentes à prevenção do fenómeno. No Estudo do Norte, em 2018, foi possível observar que os casos de tráfico de pessoas com albinismo e partes do seu corpo tinham diminuído relativamente aos anos anteriores, o que, segundo alguns interlocutores, estava relacionado com o trabalho de sensibilização nas comunidades, resultando em maior número de denúncias destes casos pela população, assim como as condenações de reclusos com penas muito elevadas.

Os progressos e avanços sentidos no combate a este fenómeno são decorrentes de um trabalho firme e sistemático das várias instituições do Estado, com particular ênfase para o Ministério da Justiça e do Interior, e organizações da sociedade civil e religiosas. Em particular, a CEMIRDE tem marcado a sua presença na comunidade, com actividades formativas de sensibilização em colaboração com as várias instituições do Estado.

A polícia, similarmente tem dado passos significativos no sentido de adquirir maiores conhecimentos sobre o fenómeno e aplicar as suas estratégias de investigação às particularidades destes tipos de casos. Conforme explicou um interlocutor do SERNIC, "no passado estes casos eram tratados pela brigada de homicídios. A secção específica sobre tráfico de pessoas, órgãos e partes do corpo humano é recente, desde 2016, momento em que também fomos engrenados ao Grupo de Referência". No Estudo do Centro, em 2021, observamos que a polícia também tem realizado campanhas de sensibilização da população para criar medidas de segurança ao nível das comunidades. Contudo, com a situação da actual pandemia de COVID-19 as actividades de prevenção nas comunidades, assim como nas escolas, deixaram de acontecer. As próprias reuniões do Grupo de Referência também foram afectadas. Para além da pandemia, a situação

de guerra em Cabo Delgado e os deslocamentos forçados da população aumentou muito a vulnerabilidade ao tráfico.

De acordo com um informante, “há uma notável coordenação entre os sectores do Governo, as ONGs na base e comunidade que ajudam. Foi criada e aprovada uma ficha de monitoria de casos. Há um registo para o reporte dos casos com indicação para encaminhamento no gabinete de atendimento às vítimas” (Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Zambézia, Janeiro 2021).

No entanto, para garantir que o processo de gestão da assistência às vítimas a todos os níveis, financeira, psicossocial e médica, não seja interrompido, ainda é necessário criar uma estrutura sólida de protecção e assistência social. As vítimas entrevistadas não encontram apoio psicossocial e protecção por parte das instituições de tutela.

De ressaltar os avanços em relação aos instrumentos legais. “O simples facto de violar uma campa é crime”, referiu um interlocutor da justiça. Todas as “fases” do tráfico são punidas. Trata-se de um crime de natureza pública, bastando que as autoridades tenham conhecimento da sua existência, por qualquer meio de informação, para de imediato haver instauração do procedimento criminal.

O dilema dos processos que chegam ao Tribunal está na sua instrução preparatória feita pelo SERNIC, PRM, MP/PGR. Esta instrução, quando apresenta lacunas nos seus procedimentos, dificulta a tomada de uma decisão mais justa possível e, em casos graves, contribui para inocentar os criminosos por falta de provas que justifiquem a acusação. Para tal, é preciso que os vários sectores da justiça, do Ministério do Interior e da Saúde sejam dotados de recursos materiais e humanos para a execução dos seus trabalhos. A demora na perícia está relacionada com estas dificuldades. A falta de médicos legistas e psicólogos ao nível dos distritos constitui uma grande barreira para a resolução justa dos casos.

O número de condenações aumentou, mas continua sendo muito reduzido, por vários motivos, incluindo a dificuldade na recolha de evidências ou provas. A título de exemplo, de 2016 a 2020, o Tribunal de Sofala recebeu 8 casos relacionados com o tráfico de pessoas. Um dos casos relacionado com tráfico de pessoa com albinismo, em 2017, resultou na condenação do réu a 36 anos de prisão maior. No entanto, de forma geral, constatamos que não existe uma base de dados actualizada e sistematizada sobre o número de casos de tráfico de pessoas, órgãos e partes do corpo humano.

Por outro lado, a falta de confiança na acção da polícia provoca justiça pelas próprias mãos. Vários interlocutores afirmaram que há casos em que existem provas, mas a polícia não actua. “Quando se vai à polícia, o criminoso não fica muito tempo na prisão. Às vezes, mesmo antes do régulo chegar a casa, o criminoso já saiu” (líder comunitário, Zambézia, Janeiro 2021).

Não obstante os avanços, permanecem algumas limitações na resposta ao fenómeno, incluindo fragilidades no sector da justiça. Devido à falta de recursos financeiros por parte do governo, as

instituições que mais se destacam na protecção e apoio às vítimas continuam a ser as ONGs e as organizações de carácter religioso.

## O valor da vida e a dignidade humana

Reflexões antropológicas e filosóficas de autores europeus (Kant, Hegel), discutem a essência e o agir do ser humano, trazendo à tona o conceito de dignidade da pessoa humana, em que o Homem “deve ser considerado objectivo e não meio para alcançar o que quer que seja”.

Em contraste com a perspectiva utilitarista e de mercado do ser humano, o pensamento africano sobre dignidade humana inclui a ideia de igualdade como uma preocupação de todos. Em alguns contextos africanos, a ideia de dignidade está intimamente associada à ideia de solidariedade, a um ideal comunitário de unidade e partilha. A *Sétima Conferência Anual sobre Lei e Religião na África*, em Botswana de 2019, sugere que as discussões sobre dignidade humana e sobre direitos humanos, devem ocorrer em um espírito de diálogo genuíno, inclusive entre os hemisférios norte e sul, e não em um espírito de instrução ou direcção. A perspectiva ou conceito de dignidade humana, não deve ser generalizada e confundida como uma perspectiva “africana”, uma vez que há muitas perspectivas africanas.

Em muitos contextos africanos, incluindo Moçambique, a dignidade é entendida como relacionada com a capacidade básica de satisfazer as necessidades humanas de alguém e, consequentemente, ser capaz de ajudar a satisfazer as necessidades dos outros, incluindo família e relações alargadas. Assim, as discussões sobre dignidade precisam concentrar-se nas necessidades e capacidades humanas básicas, como a capacidade de encontrar um trabalho significativo e remunerado que seja suficiente para sustentar a si mesmo e sua família.

As discussões sobre a dignidade humana serão consideradas muito teóricas e abstractas se não incluírem uma ênfase nas desigualdades, nos direitos económicos e sociais básicos, incluindo não apenas os problemas da pobreza, mas da pobreza extrema.

Os posicionados na franja da pobreza extrema, têm infringida a sua dignidade humana, sujeitos e objectos de manipulação e de/em risco a múltiplas formas de violência e de violação dos direitos humanos. Na Constituição da República de Moçambique estão estabelecidos princípios, direitos e garantias que visam assegurar a dignidade humana. O artigo 40, ponto 1) reconhece que “todo o cidadão tem direito à vida e à integridade física e moral, e não pode ser sujeito à tortura ou tratamentos cruéis ou desumanos”.

# Conclusões e Recomendações

Este estudo de cunho antropológico, não se apresenta como um debate acabado ou que traz soluções definitivas, devido à complexidade que a temática em si comporta, mas abre ulteriores questões e aporta elementos que confirmam a existência do fenómeno e subsídios para ampliar o conhecimento e a compreensão. Estamos cientes e reconhecemos os desafios que este tipo de pesquisa possa significar ao nível teórico e metodológico, mas também ao nível da sua aplicação prática e do sentido humano e sentimento solidário.

Em todos os locais onde foi realizado o estudo, o que ressalta é a comum condição da vulnerabilidade humana, das formas de exclusão, onde as pessoas encontram as soluções e meios alternativos de subsistência em diferentes partes do país e além-fronteiras, sem pensar no risco, e na armadilha do tráfico que pode levar até à morte. Crianças, jovens, pessoas com albinismo, pessoas deslocadas e desesperadas em movimento em condições de crise são abandonadas a si próprias sem espaço e lugar para sonhar.

O abandono social do Estado, no contexto neoliberal, caracteriza-se por uma redução de investimentos em serviços públicos que garantam a protecção social dos indivíduos e dos direitos humanos. Estamos perante a comodificação da própria vida, no âmbito de um mercado de órgãos humanos que implica a sua extracção, compra e venda. *As vidas humanas são transformadas em objectos de consumo*, as pessoas são reduzidas à condição de mercadorias e objectos de lucro.

O tráfico de órgãos e partes do corpo humano é também um fenómeno transnacional, em que os actores circulam em complexas redes como se dissolvessem as fronteiras nacionais. Mesmo as fronteiras mais seguras, de controlo rígido e serrado, são rompidas. Consequentemente, há um reconhecimento dos Estados que uma estratégia eficaz e eficiente para lidar com o fenómeno do tráfico passa necessariamente por assumir a dimensão transnacional do mesmo. A percepção generalizada é que o tráfico envolve nacionais e estrangeiros, representando uma cadeia complexa que faz com que seja muito difícil encontrar o “mandante”. Por outro lado, a dimensão transnacional e a fragilidade das fronteiras facilitam o fluxo migratório descontrolado ficando difícil distinguir o tráfico transfronteiriço da migração irregular e contrabando de migrantes.

Os casos de raptos, mortes e retirada de partes do corpo de pessoas com albinismo são particularmente difíceis de compreender, sendo caracterizados por uma acentuada crueldade e desconsideração do valor da vida humana. A discriminação contra pessoas com albinismo tende a ser mais alta onde prevalece a falta de conhecimento sobre a condição e os níveis de educação são relativamente mais baixos.

As partes do corpo humano são mutiladas e traficadas pela percepção do seu suposto poder em trazer riqueza e sorte. Assim, a venda de partes do corpo humano se transforma num produto a ser comercializado, baseado em crenças nas funções vitais e no valor de certas partes do corpo humano para fins de enriquecimento e de prosperidade na vida.

O discurso das crenças, incluindo a feitiçaria, é uma das “linguagens de poder” porque emerge da vida das pessoas como expressão para responder aos medos e pesadelos quotidianos. Embora as fronteiras entre o curandeiro e o feiticeiro não sejam claras e existe uma ambiguidade entre os seus papéis e poderes, um interlocutor sustentou que “há uma tolerância institucional de tudo isto, porque todos têm medo daquilo que o feiticeiro pode fazer” (província de Cabo Delgado, 2018).

Há também co-responsabilidade do Estado em desmistificar estas crenças com vista a desincentivar estas práticas. Quando os anúncios em jornais e rádios informam da viabilidade de curar doenças incuráveis, de tornar pessoas mais ricas, tirar pessoas da prisão ou da possibilidade de trazer o amor perdido de volta por vias “mágicas”; ou ainda, programas televisivos anunciando que a água abençoada nalgumas Igrejas pode curar doenças, percebemos o quanto “o fracasso institucional é um caldo de cultivo para o tráfico” (província de Cabo Delgado, 2018).

Os médicos tradicionais são actores-chaves com os quais é importante colaborar para desmotivar estas práticas e denunciar casos que conheçam. No Grupo de Referência é previsto a figura dos médicos tradicionais e a colaboração com o Ministério da Justiça e Assuntos Constitucionais e Religiosos na gestão da problemática do tráfico de pessoas e partes do corpo humano.

O papel desempenhado pelos meios de comunicação social na disseminação de conhecimento sobre o tráfico de órgãos e partes do corpo humano é importante conforme pudemos confirmar com o impacto da divulgação de alguns casos julgados.

No Estudo do Sul, constatamos a fraca capacidade das instituições de tutela e a necessidade de recursos humanos formados na matéria, assim como escassez de recursos materiais e financeiros. Passados cinco anos, em 2021, continuamos a verificar que apesar de um aumento dos esforços empreendidos e maior conhecimento e comprometimento institucional ainda persistem de forma acentuada a falta de recursos materiais para fazer face ao problema.

Para além da precariedade do funcionamento e disponibilidade dos serviços, há que se considerar a protecção das crianças e pessoas vulneráveis (pessoas com albinismo, migrantes, refugiados) como áreas-chave a investir. Por um lado, existem acções espontâneas e individuais de protecção e apoio às pessoas vulneráveis, por outro lado, há uma urgente exigência de construir mecanismos para recuperar do trauma psicológico entre as pessoas afectadas directa ou indirectamente e garantir a reintegração social das vítimas.

Em suma, não obstante as fragilidades a nível das instituições, há exemplos de boas práticas de gestão de casos, mas devido a eventos imprevisíveis tais como emergências humanitárias, é interrompido um percurso que põe em risco um trabalho iniciado e a sustentabilidade das acções e intervenções.

# Recomendações

As recomendações-chave a seguir apresentadas, resultam das conclusões e análises consideradas prioritárias pelos participantes do estudo nas diversas regiões de Moçambique, organizadas em áreas chave para intervenção ao nível comunitário e institucional, com vista a contribuir para a prevenção e combate do fenómeno do tráfico humano e reconstrução da dignidade da pessoa humana.

## Nível comunitário

- Sensibilizar os pais e os encarregados de educação para transmitir aos menores desde muito cedo sobre a cautela a ter em relação a propostas de aliciamento que podem esconder outros objectivos;
- Incentivar os jovens “activistas” que já beneficiaram de formações neste tema a realizar actividades de sensibilização nas comunidades como educadores de pares;
- Divulgar exemplos de boas práticas, com projecção de filmes ou reportagens, como o caso “Diana” que chamou a atenção do público pelo desfecho do caso, evidenciando o funcionamento e eficácia da Justiça, para desmotivar a prática do tráfico;
- Disseminar informação em línguas locais e numa linguagem culturalmente sensível em locais de grande concentração de pessoas, tais como: hospitais, igrejas, mesquitas, escolas, mercados, concertos e outros;
- Reforçar o uso do espaço de antena nas rádios (com enfoque para as rádios comunitárias), por exemplo, para transmitir informações educativas sobre o fenómeno, sobre as leis, canais para denúncia de suspeitas e ainda, sobre os desfechos dos processos transmitindo as sentenças.
- Recorrer às várias plataformas digitais e *media* disponíveis para a prevenção, sejam estas aplicativos, redes sociais, grupos WhatsApp, ou outros, sempre utilizando uma linguagem acessível à população alvo;

## Nível institucional

- Realizar sistematicamente palestras de sensibilização para a prevenção do tráfico, gestão dos casos e protecção das vítimas, dirigidas aos líderes comunitários, às organizações comunitárias de base e aos profissionais da Saúde, da Polícia, da Acção Social;

- Incluir nos programas escolares, desde o nível primário, materiais de ensino e aprendizagem, como temas transversais, conhecimentos sobre o fenómeno de Tráfico de Pessoas, Órgãos e Partes do Corpo Humano;
- Utilizar as várias plataformas digitais e *media* disponíveis para facilitar a comunicação entre os profissionais dos diferentes sectores do Grupo de Referência, entre estes e a comunidade (utentes);
- Criar sinergias para a angariação de fundos para o acompanhamento das vítimas no que diz respeito aos processos judiciais, às despesas médicas, incluindo a saúde mental, e apoio psicossocial;
- Desenvolver manuais com conteúdos relacionados com a desmistificação de preconceitos sobre o uso dos órgãos e partes do corpo humano, as consequências e impacto que o tráfico tem na saúde e no bem-estar individual, das famílias e na comunidade, abordando ainda os vários mecanismos de denúncia e a sua acessibilidade;
- Capacitar de forma contínua os funcionários das várias instituições (agentes do SERNIC, da PRM, das Forças de Defesa e Segurança, da Migração nas fronteiras e da Acção Social) sobre o fenómeno de tráfico (conceitos, contornos, sistema de encaminhamento, apoio às vítimas, questões ligadas à ética e à deontologia);
- Capacitar a Polícia de trânsito em relação ao crime transfronteiriço e à sinalização das possíveis vítimas de tráfico ao longo da via pública;
- Reforçar a colaboração e a acção da AMETRAMO dentro do Grupo de Referência com vista a melhorar a compreensão e a gestão do tráfico de órgão de órgãos e partes do corpo humano;
- Garantir o acesso a apoio psicológico aos profissionais que lidam intimamente com o fenómeno, estando estes susceptíveis a um elevado nível de stress decorrente de formas extremas de violência, com consequência graves no bem-estar e saúde mental;
- Assegurar a protecção e a assistência social às vítimas na tentativa de recuperar a dignidade violada, apoiando no processo de reintegração social precavendo a *revitimização* da mesma;
- Certificar que a polícia e o sistema judiciário apliquem as normas e procedimentos estabelecidos para garantir a segurança física e o anonimato dos denunciantes.

# Referências

African Perspectives on Human Dignity for Everyone Everywhere. An endorsement and elaboration of the Punta del Este Declaration on Dignity for Everyone Everywhere. By the African Consortium for Law and Religion Studies at its Seventh Annual Law and Religion in Africa Conference: Law, Religion, and Environment in Africa. Gaborone, Botswana, 19-21 May 2019.

Ashforth, A. 2008. "Muthi, Medicine and Witchcraft: Regulating 'African Science' in Post-Apartheid South Africa". *Social Dynamics: A Journal of African Studies* 31(2):211-242

Ávila et al. 2008. *Comércio de Órgãos Humanos: até onde vai a autonomia do indivíduo?* Porto Alegre: CAPES

Baia, A. 2006. "Desaparecimento ou tráfico de menores e extração de órgãos humanos? (trabalho de campo em Nampula, Pemba e Tete) em Serra, C. (dir). 2006. "Tatá papá, tatá mamã" (*Tráfico de menores em Moçambique*). Imprensa Universitária

Banco Mundial. 2016. *Acelerando a Redução da Pobreza em Moçambique: Desafios e Oportunidades*. Maputo

Banco Mundial. 2018. *Actualidade Económica de Moçambique: Redução na Pobreza, mas Aumento da desigualdade*

<https://www.worldbank.org/pt/country/mozambique/publication/mozambique-economic-update-less-poverty-but-more-inequality>

Berg, S. van der; Maia, C. & Burger, C. 2017. "Educational inequality in Mozambique". WIDER Working Paper 2017/212. United Nations University.

Bertelsen, Bjørn E. 2016. *Violent becoming – State formation, sociality, and power in Mozambique*. Berghahn. NY-Oxford.

Castel-Branco, C.N. 2013. "Reflectindo sobre acumulação, porosidade e industrialização em contexto de economia extrativa". Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, Salvador Forquilha, António Francisco (Org.). *Desafios para Moçambique*. IESE. Maputo. p.81-124.

CIP & CMI. 2021. "Custos e Consequências das Dívidas Ocultas Para Moçambique". Maputo

Comaroff, J e J. Comaroff, 1999, "Occult Economies and the Violence of Abstraction: Notes from the South African Postcolony", *American Ethnologist*, 26 (2)

Francisco, F. 2018. *Estudo dos Sistemas de Segurança das Fronteiras Estatais em Moçambique face às Novas Ameaças à Segurança Interna*. Tese de Doutoramento em Direito e Segurança. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

Geschiere, Peter. 1997. *The Modernity of Witchcraft: Occult in Postcolonial Africa*. Charlottesville: University Press of Virginia

Geschiere, Peter. 2006. "Witchcraft and the Limits of the Law: Cameroon and South Africa", in J. Comaroff e J. Comaroff, eds., *Law and Disorder in the Postcolony*. Chicago: University of Chicago Press.

Goredema, Charles. 2013. *Getting Smart and Scaling Up: The Impact of Organized Crime on Governance in Developing Countries - A Case Study of Mozambique*

Honwana, Alcinda. 2012. *The Time of Youth: Work, Social Change and Politics in Africa*. Kumarian Press.

Inquérito Demográfico e de Saúde (IDS). 2011. Instituto Nacional de Estatística. Ministério da Saúde. Maputo, Moçambique. MEASURE DHS/ICF International.

IOM. 2009. *In Pursuit of the Southern Dream: Victims of Necessity. Assessment of the irregular movement of men from East Africa and the Horn to South Africa*.

ISRI. 2014. "Tráfico de Pessoas em Moçambique, em particular, de Crianças". Moçambique

Labuschagne, G. 2004. "Features and Investigative Implications of Muti Murder in South Africa". *J. Investig. Psych. Offender Profil.* 1:191-206

Langdon, E. J.; Maluf, M. & Tornquist, C. S. 2008. Ética e política na pesquisa: os métodos qualitativos e seus resultados. In: *Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde*. Iara Coelho Zito Guerriero, Maria Luisa Sandoval Schmidt, Fabio Zicker (Orgs). São Paulo: Aderaldo & Rothschild. Pag. 128-145.

Lombard, L. 2013. "Missing Pieces. Africa's genital-stealing crime wave hits the countryside". *Pacific Standard March/April 2013*

Mariano, et al. 2016. *Trafico de órgãos e partes do corpo humano na Região Sul de Moçambique*. CEMIRDE. Maputo.

Maquqzi, Jerry e João Feijó. 2019. "Pobreza, Desigualdade e Conflitos no Norte de Cabo Delgado". *Observador Rural* nº 76

Meneses, P. 2008. "Corpos de violência, linguagens de resistência: As complexas teias de co-

nhecimentos no Moçambique contemporâneo”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80 p.161-194  
Minayo, M.C.S. 2002. “Ciência, Técnica e Arte: O Desafio da Pesquisa Social” em *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Deslandes, Neto, Gomes e Minayo (eds.) Petrópolis, RJ. 21ª Edição

Moniruzzaman, M. 2012. ““Living Cadavers” in Bangladesh: Bioviolence in the Human Organ Bazaar”. *Medical Anthropology Quarterly* 26(1):69-91

Monteiro, C; Osório, C (2009). *Tráfico de Mulheres e crianças*. Maputo: WLSA Moçambique

Mosca, J. 2014. “Agricultura Familiar em Moçambique: Ideologias e Políticas”. *Working Paper 127*. Lisboa: CESA

Tambiah, Stanley J. 1985. “Culture, thought and social action”. Cambridge, Harvard University Press.

Tlusty, B. Ann. 2015. “Invincible blades and invulnerable bodies: weapons magic in early-modern Germany, *European Review of History*”. *Revue européenne d'histoire*, 22:4, 658-679, DOI: 10.1080/13507486.2015.1028340

ONU Mulheres. 2016. *Relatório do Estudo Exploratório sobre a situação de violência contra as Mulheres e Raparigas nos Espaços Públicos da Cidade de Maputo*

PEPFAR Mozambique Gender Analysis Country Operational Planning 2016, pgs. 8-9. 3 Perfil de Género de Moçambique, 2016.

PIRIO, Gregory, Robert Pittelli & Yussuf Adam. 2018. *The Emergence of Violent Extremism in Northern Mozambique*. Africa Center for Strategic Studies. Washington DC. National Defense University in <https://africacenter.org/spotlight/the-emergence-of-violent-extremism-in-northern-mozambique/> accessed on 11/10/2019

Schmid, M. L. S. 2008. “Aspectos éticos nas pesquisas qualitativas” in: *Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde*. Iara Coelho Zito Guerriero, Maria Luisa Sandoval Schmidt, Fabio Zicker (Orgs). São Paulo: Aderaldo & Rothschild. Pag. 47-52.

Scheper-Huges, N. 2004. “Parts unknown. Undercover *ethnography* of the organs-trafficking underworld”. *Ethnography* vol. 5(1):29-73

Serra, C. (dir). 2006. “*Tatá papá, tatá mamã*” (*Tráfico de menores em Moçambique*). Imprensa Universitária

UNESCO. 2006. *Tráfico de Pessoas em Moçambique: Causas Principais e Recomendações*. Policy Paper No 14.1(P)

UNICEF. 2020. *Os Impactos da COVID-19 nas Crianças em Moçambique*.

UNFPA. 2017. "Mundos Distantes. Saúde Reprodutiva e Direitos numa Era de Desigualdade". Suplemento do Relatório sobre o Estado da População Mundial, 2017 Moçambique

UNODC. 2020. *Global Report on Trafficking in Persons*

UNODC. 2018. *Global Report on Trafficking in Persons*

UNODC. 2016. *Global Report on Trafficking in Persons*

Weimer, Bernhard. 2018. *Vampires, Jihadists and Structural Violence in Mozambique. Reflections on Violent Manifestations of Local Discontent and their Implications for Peacebuilding. An Essay* in <https://www.academia.edu> accessed on 11/10/2019

White, L.1997. "The Traffic in Heads: Bodies, Borders and the Articulation of Regional Histories". *Journal of Southern African Studies* vol.23(2):325-338

Valoi 2016 "The Blood Rubies of Montepuez" in <https://foreignpolicy.com/2016/05/03/the-blood-rubies-of-montepuez-mozambique-gemfields-illegal-mining/>

Yea, S. 2010. "Trafficking in part(s): The comercial kidney market in a Manila slum, Philippines. *Global Social Policy* 10(3):358-376

O Estudo Comparativo encomendado pela Comissão Episcopal para Migrantes Refugiados e Deslocados (CEMIRDE) em parceria com a Agência Católica para o Desenvolvimento Internacional (CAFOD), Vastenactie da Holanda e da Cáritas Espanhola, foi concebido tendo como base uma visão holística do fenómeno do tráfico de pessoas, órgãos e partes do corpo humano em Moçambique, temática refletida nas três pesquisas de campo realizadas nas regiões sul, norte e centro do país por Antropólogas da Universidade Eduardo Mondlane durante um período de cinco anos, 2016 à 2021. Neste processo, os estudos cingiram-se em adquirir conhecimento e melhor compreensão do problema nas suas vertentes social e cultural. No entanto, ao compilar e condensar o actual estudo comparativo, confirma-se com evidências, a ocorrência do fenómeno no país, realidade esta que atinge as pessoas mais vulneráveis, sobretudo crianças, mulheres e portadores de albinismo, constituindo assim, um grande flagelo à dignidade e aos direitos humanos. Por fim, buscou-se com este estudo, estabelecer os possíveis pontos de convergência e divergência, a fim de delinear estratégias adequadas para prevenir e combater este crime que converte o ser humano num mero objecto de consumo e de troca.

